

Título do capítulo	CAPÍTULO 4 – A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CIENTÍFICA BRASILEIRA: MOBILIDADE, REDES DE PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS
Autores(as)	Rafael T. Schleicher Concepta McManus Cristina Sydow Igor Araújo Paula Barros Polianna Portela
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/9786556350738/capitulo4

Título do livro	RELATÓRIO COBRADI 2021: A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CIENTÍFICA BRASILEIRA EM FOCO
Coordenador	Rafael T. Schleicher
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-073-8
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/9786556350738

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CIENTÍFICA BRASILEIRA: MOBILIDADE, REDES DE PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS

1 INTRODUÇÃO

Seja em virtude das especificidades apontadas ao longo das análises dos capítulos anteriores, seja pelo volume de iniciativas e recursos, a cooperação educacional e científica já mereceria lugar de destaque na discussão sobre a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional em 2021. Adicione-se a isso o fato de duas – entre dez – modalidades de cooperação internacional atualmente constantes na metodologia da pesquisa da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (pesquisa Cobradi) dialogarem diretamente com itens centrais do debate sobre a internacionalização das instituições de ensino superior (IES) do Brasil. Finalmente, é preciso considerar um desafio conceitual, em que a cooperação educacional e científica brasileira precisaria ser entendida a partir de uma perspectiva mais ampla e para além das reduções originárias do binômio recebido-prestado.

De fato, a agenda de internacionalização das IES do Brasil deve ser entendida no contexto das mudanças em curso no mundo quanto ao aprendizado. Se o estoque de conhecimento e “o que” é aprendido constituíram foco tradicional do ensino superior e da formação científica, “como” aprender e transmitir conhecimentos e o ofício da ciência tem se tornado o foco central das discussões nas últimas décadas. Em outras palavras, a qualidade e os impactos de longo prazo do ensino superior foram entendidos de forma mais ampla, a partir de lentes que valorizam o papel do contexto educacional, do aprendizado entre pares e da colaboração entre estudantes e pesquisadores para a produção de conhecimento e soluções inovadoras para a agenda científica. Nesse sentido, a qualidade dos programas universitários ao redor do mundo, por exemplo, passa a incluir elementos referentes à presença de estudantes estrangeiros, à reputação da instituição a partir da percepção de pares, à integração de pesquisadores e docentes estrangeiros, entre outros.

A internacionalização do ensino superior como fenômeno não é nova e se origina na década de 1980, essencialmente no contexto dos países desenvolvidos (Knight, 1994; 2012; 2014). Nova é a ampliação generalizada e o uso indiscriminado do conceito para qualquer atividade que envolva mobilidade internacional

estudantil e cooperação entre universidades de diferentes países. A popularização do termo implicou, em grande medida, a perda de foco em relação aos componentes principais de troca e intercâmbio entre pares, cujos objetivos máximos deveriam ser o desenvolvimento das estratégias de ensino e o avanço da agenda de pesquisa (Knight, 2014). De outra forma, a internacionalização das IES é um meio, e não um fim em si mesma.

Tampouco inteiramente nova, mas de cunho mais recente, é a promoção das estratégias de internacionalização por IES dos países do Sul global. Conforme será discutido ao longo deste capítulo, é necessário e imediato repensar seriamente o desenvolvimento de novos conceitos que permitam entender a internacionalização a partir de uma perspectiva brasileira. Interpretar a atuação externa do Brasil, tendo por base a ideia de cooperação educacional e científica entre pares, é fundamental para afastar a prevalente interpretação dos países desenvolvidos sobre um caráter meramente comercial da educação superior e da agenda de pesquisa e desenvolvimento (UNESCO, 2018, p. 98-99). Mascarando as estratégias de internacionalização de suas instituições e da necessidade de atração e retenção de talentos para os próprios mercados de trabalho (OCDE, 2022), a visão mercantilista de muitos países contribui para entendimento errôneo sobre a natureza da relação entre o Brasil e seus pares, o que reforça a ideia de dependência em relação à ciência e ao conhecimento estrangeiros.

Para além dos temas já discutidos na seção 3 do capítulo 2 deste livro, tome-se por exemplo as bolsas pagas integralmente por agências de fomento brasileiras em IES estrangeiras. Sem visão de cooperação entre pares para o alcance de objetivos comuns via construção de redes internacionais científicas, seria inevitável chegar à conclusão de que o envio de jovens pesquisadores brasileiros a esses países poderia contribuir para a diáspora de cientistas nacionais, fenômeno ainda pouco estudado no Brasil (UNESCO, 2018, p. 105-107). Da mesma forma, como entender o financiamento dos vários pesquisadores e professores estrangeiros para estadia em IES brasileiras ao longo de 2021 senão pela ótica da cooperação?

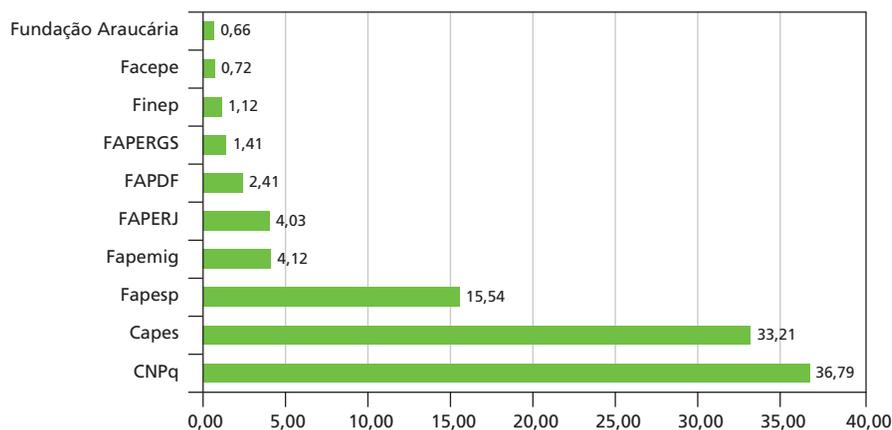
O pano de fundo deste capítulo é essencialmente a apresentação de subsídios para uma reflexão sobre a cooperação educacional e científica do Brasil. Dados atualizados permitirão apontar tendências e produzir inferências que ajudarão na construção de uma visão estratégica para a agenda de internacionalização das IES brasileiras. Os dados aqui compilados advêm, em grande medida, da própria pesquisa Cobradi 2021, a qual, pela primeira vez em seus doze anos de história, contou com a participação de instituições federais de ensino superior (Ifes) e de institutos federais de educação. Ao contrário do que foi apresentado nos capítulos 2 e 3 deste livro, os dados deste capítulo correspondem a respostas enviadas por dezenove IES brasileiras até 31 de dezembro de 2022, data limite para o encaminhamento de contribuições.

É preciso salientar que outras IES remeteram dados à pesquisa Cobradi, mas optaram por figurar como “canal” de implementação, e não como “instituição responsável”, aumentando o tamanho da amostra considerada neste capítulo.

Adicionalmente, este capítulo também explora os dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de outra ótica, a da mobilidade internacional estudantil. A seção 2 deste capítulo apresenta uma discussão da mobilidade *inbound-outbound* de estudantes e pesquisadores financiados com recursos públicos nacionais. A principal razão para o foco excessivo nos dados da Capes, do CNPq e da Fapesp advém do seu papel de dominância em relação a outros atores nacionais de fomento à formação científica e à pesquisa. Utilizando insumos da base de dados InCites/Web of Science, pode-se observar claramente a importância dessas três instituições combinadas para a produção científica brasileira em 2021. Como alternativa à análise de gasto já apresentada nos capítulos 2 e 3, o gráfico 1 mostra que essas três agências oficiais de fomento foram responsáveis por mais de 85% das citações em publicações brasileiras em 2021. É importante frisar que há uma relação direta e evidente entre tais citações e o financiamento dos pesquisadores que produziram as publicações em questão.

GRÁFICO 1

Agências de fomento brasileiras: número de citações em publicações: top 10 (2021) (Em %)



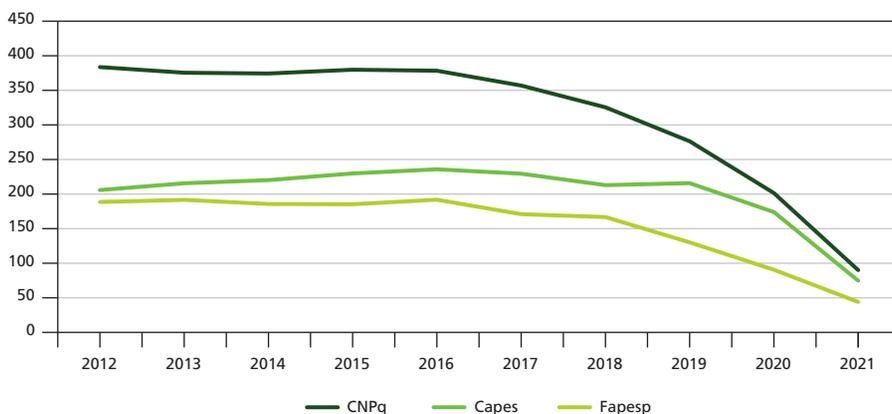
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Facepe – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; Finep – Financiadora de Estudos e Projetos; FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; FAPDF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; e Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Ainda sobre o papel da Capes, do CNPq e da Fapesp, e antecipando uma discussão que será feita ao longo da seção 3 deste capítulo, é importante observar que, mesmo sendo três instituições importantes para a formação de cientistas e para a produção científica nacional, a relevância em relação ao número total de citações em publicações brasileiras tem caído sistematicamente desde 2016, conforme aponta o gráfico 2. Ainda que se desconsiderem as publicações brasileiras mais recentes de 2020 e 2021, para as quais o número de citações ainda é naturalmente menor por conta do tempo de exposição, é clara a tendência de queda. Essa e outras tendências da produção brasileira de ciência serão discutidas na seção 3, que apontará temas sobre a queda do impacto da produção nacional em pesquisas oriundas de redes nacionais e internacionais de pesquisa do Brasil, além de apontar as desigualdades entre as regiões do país no tocante à produção e à participação em redes internacionais de pesquisa.

GRÁFICO 2

Capes, CNPq e Fapesp: número total de citações (2012-2021)
(Em 1 mil)



Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

A seção 4 deste capítulo dedica-se ao levantamento de subsídios adicionais para a discussão sobre a internacionalização, e, por fim, a seção 5 descreve as atividades de cada IES participante. Os dados recebidos de universidades e institutos federais totalizaram 201 iniciativas de cooperação educacional e científica, o que permitiu a construção de análise similar àquela apresentada no capítulo 2, ainda que de menor vulto e restrita ao universo das IES. É preciso celebrar a participação inédita dessas IES na pesquisa Cobradi, mas também sugerir cautela na interpretação dos dados apresentados. Por ainda se tratar de amostra exígua, as tendências e os padrões encontrados na análise não devem ser extrapolados para além do contexto das instituições participantes. Espera-se que, nos anos vindouros, a pesquisa possa ampliar a participação da IES, tornando-se uma importante fonte de informações para as agendas brasileiras de desenvolvimento internacional e internacionalização das IES.

2 MOBILIDADE INTERNACIONAL ESTUDANTIL: DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO OS ESTUDANTES E OS PROFESSORES?

A mobilidade internacional estudantil é uma das diversas faces da internacionalização da educação superior, usualmente chamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como “internacionalização da educação terciária”. Globalmente, a UNESCO estima que a mobilidade estudantil internacional seja uma das mais importantes formas de migração de mão de obra qualificada (UNESCO, 2018), sendo também um dos principais vetores de disseminação de ideias e conhecimento entre países. Como tal, é possível apontar dois problemas centrais na formulação de estratégias de internacionalização por parte dos países do Sul, particularmente do Brasil. O primeiro é o fato de que grande parte das IES estrangeiras necessita dos estudantes internacionais como fonte de renda, o que contribui para reservas em relação a estratégias inequívocas para o envio de estudantes brasileiros ao exterior (UNESCO, 2018). O segundo, sabe-se que apenas poucos países concentram essencialmente a maioria dos estudantes internacionais, como é o caso dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França. A UNESCO (2021) estima que, entre 2000 e 2013, esses três países concentraram mais de 65% dos estudantes de doutorado nas áreas de ciências e engenharias, por exemplo.

Como será discutido, a tendência de mobilidade dos estudantes brasileiros não destoa sobremaneira dos padrões internacionais. Entretanto, conforme apontado de forma contundente pela UNESCO, há dificuldade considerável de produção de estatísticas consistentes e confiáveis sobre a mobilidade internacional estudantil como um todo (UNESCO, 2018; 2021). No Brasil, a situação não é diferente. No que diz respeito aos estudantes brasileiros que estudam no exterior, a forma por excelência de capturar o fluxo anual seria via patrocínio das principais agências públicas de fomento, como Capes, CNPq, Fapesp e demais fundações de amparo à pesquisa (FAPs) estaduais. Entretanto, mesmo uma análise baseada nos bancos de dados das agências de fomento certamente deixaria de fora os movimentos estimulados por fundações privadas nacionais e estrangeiras, governos estrangeiros e empresas privadas nacionais e estrangeiras, além de pessoas que optam por migrar com recursos próprios.

Ainda mais desafiadora é a coleta de dados sobre estudantes estrangeiros regularmente matriculados em IES brasileiras, cujos dados não são coletados de forma centralizada e sistemática pelo MEC e por suas instituições vinculadas. Sem sistemática geral de monitoramento, o estudo sobre os estrangeiros matriculados nas IES brasileiras fica inteiramente dependente das bases de dados das próprias universidades e, em menor medida, das informações de agências de fomento que possuam programas de mobilidade *inbound*, por exemplo, a Capes. Uma exceção à coleta centralizada são o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), cujos dados gerais

são coletados pelo MEC e parcialmente pela Capes, no caso dos estudantes do PEC-PG, que possuem bolsas pagas pelo governo brasileiro.

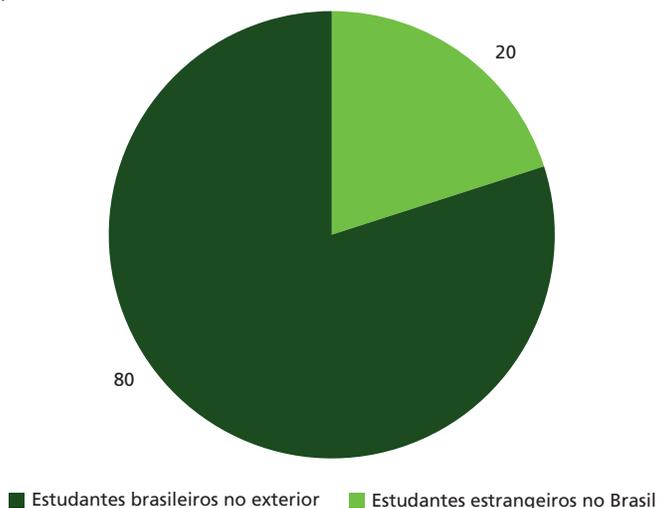
Em face das dificuldades apontadas, a análise deste capítulo é inteiramente construída a partir de dados para 2021 referentes a: i) bolsistas da Capes; ii) bolsistas do CNPq; iii) bolsistas da Fapesp; iv) alunos do PEC-G, cujas informações foram fornecidas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; e v) alunos estrangeiros regularmente matriculados em IES vinculadas à Fiocruz. No que diz respeito aos dados da Capes, há apoio a bolsistas brasileiros matriculados em IES estrangeiras e a estrangeiros matriculados em IES brasileiras. No caso do CNPq e da Fapesp, todos os dados são de apoio a brasileiros matriculados em IES estrangeiras. Por fim, os dados da Fiocruz e do MEC referem-se essencialmente a estudantes de países em desenvolvimento que estiveram matriculados regularmente em IES brasileiras em 2021.

Apresentando um recorte em termos de gastos, o valor aportado pelo governo brasileiro para a mobilidade internacional estudantil *inbound-outbound* em 2021 alcançou mais de R\$ 258 milhões. Conforme exibido no gráfico 3, há uma diferença abismal do gasto público brasileiro para a mobilidade de estudantes para fora do Brasil (*outbound*) em comparação com a mobilidade de estrangeiros para dentro do Brasil (*inbound*). Pode-se dizer que, para cada real gasto em 2021 pelo governo do Brasil para apoiar a vinda de estudantes estrangeiros à IES brasileiras, o país gastou mais de R\$ 4,00 reais para enviar estudantes brasileiros à IES estrangeiras que, como será visto, são – em sua maioria – de países desenvolvidos.

Contudo, é preciso interpretar esses dados com cautela. Ao passo que o financiamento público a estudantes brasileiros no exterior tem as suas fontes de dados conhecidas (por exemplo, a Capes), os gastos com estudantes estrangeiros no Brasil dependem diretamente de informações das muitas IES públicas existentes no país. Como discutido na seção 3 do capítulo 1, mesmo que o estudante estrangeiro não receba auxílio de subsistência e manutenção, há isenção completa de custos de matrícula e permanência nas universidades públicas brasileiras. Logo, é possível que seja maior o valor total gasto pelo governo brasileiro com estrangeiros em IES brasileiras. Mesmo considerando esse fator, é igualmente possível que persista a grande diferença em relação ao gasto com estudantes brasileiros no exterior.

GRÁFICO 3

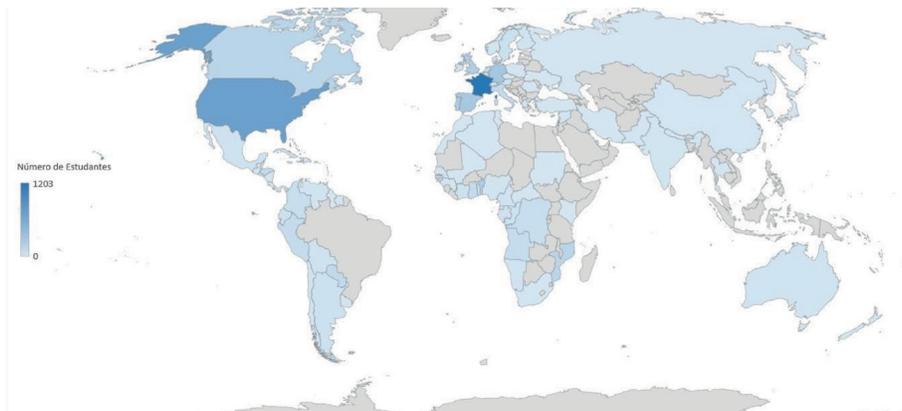
Gastos brasileiros com mobilidade internacional estudantil *inbound-outbound* (2021)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

No tocante aos dados gerais de mobilidade *para dentro e para fora*, em 2021 o Brasil apoiou um total de 5.688 estudantes brasileiros e estrangeiros. Em termos de proporção, é possível afirmar que, para cada estudante estrangeiro matriculado em IES brasileiras no mencionado ano, o Brasil apoiou a mobilidade de dois estudantes brasileiros para IES estrangeiras. A figura 1 mostra que, mesmo considerando a inclusão de alunos estrangeiros no Brasil, a tendência de forte concentração da mobilidade de estudantes do Brasil em IES da França e dos Estados Unidos permanece a mesma. Mesmo assim, a amplitude da rede internacional criada com o apoio oficial do governo brasileiro alcançou 93 países em 2021.

FIGURA 1

Mobilidade internacional estudantil: *inbound-outbound* (2021)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

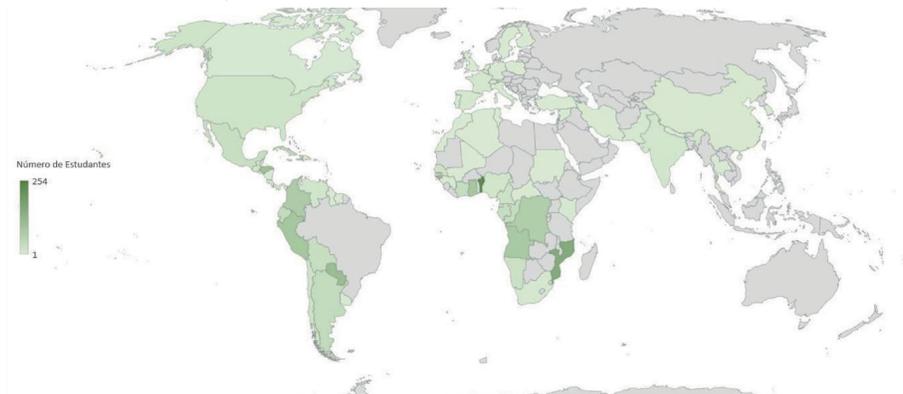
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Observando-se apenas os dados referentes aos estrangeiros matriculados em IES brasileiras, verifica-se que 2021 revelou a presença de 2.067 estudantes de 78 países. Em sua maioria, os estudantes constantes na amostra analisada são oriundos do PEC-G, que representou 1.601 daquele total de estudantes estrangeiros, ou seja, 77,5%. A combinação dos apoios oriundos do PEC-PG e do Programa Institucional de Internacionalização (Print), gerenciados pela Capes, beneficiou cerca de trezentos alunos em 2021 (14,5% do total). A Fiocruz concedeu isenção de matrícula a 83 estudantes, de 23 três países, para cursos de pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado. Por fim, a Fapesp apoiou treze estudantes de sete países.

Conforme exibido na figura 2, é essencial reforçar que nem todos os estudantes estrangeiros no Brasil são originários de países em desenvolvimento. No total, o Brasil recebeu 1.994 estudantes de países em desenvolvimento e 73 de países desenvolvidos. De forma agregada, o governo brasileiro investiu R\$ 51,8 milhões na recepção de estudantes estrangeiros em IES brasileiras, sendo grande parte desse valor referente à isenção de matrículas de alunos de graduação e pós-graduação.

FIGURA 2

Inbound mobility: de onde vieram os estudantes do Brasil? (2021)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Para melhor visualização, dos 78 países cujos nacionais estiveram matriculados regularmente em IES brasileiras em 2021, construiu-se uma nuvem de palavras. Sendo a frequência de estudantes proporcional ao tamanho do nome do país, pode-se concluir que Cabo Verde (254), Benim (228) e Moçambique (152) são os três países que mais enviaram estudantes ao Brasil. Os três países representaram mais de 30% do total de estudantes estrangeiros no mencionado ano. Ao contrário de Cabo Verde e Benim, o destino da maioria dos estudantes de Moçambique foram os programas de pós-graduação brasileiros.

FIGURA 3

Inbound mobility: quais foram os principais países de origem dos estudantes que vieram ao Brasil? (2021)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

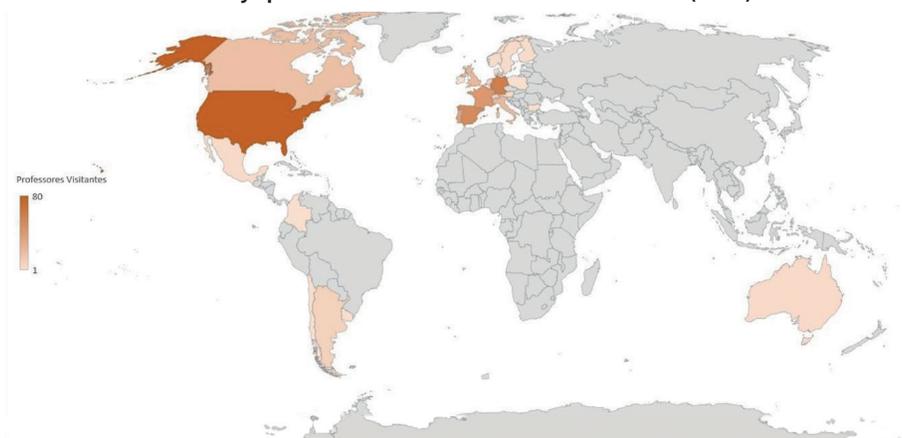
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No tocante à mobilidade internacional de alunos brasileiros para IES estrangeiras, é possível notar na figura 4 uma tendência imediata de concentração em apenas dois países: França (1.193) e Estados Unidos (694). Sendo 3.621 o número total de estudantes brasileiros apoiados pelo governo brasileiro, os dois países mencionados foram o destino de mais de 52% dos estudantes brasileiros em 2021. Há uma característica específica do conjunto de dados que explica o fato de apenas a França concentrar um terço do total de estudantes brasileiros: o programa *Brasil France Ingénieur Technologie* (Brafitec). Em essência, trata-se de um programa de intercâmbio entre Brasil e França na área de engenharia e tecnologia, permitindo mobilidade com apoio financeiro para o estudo de brasileiros na França. Nesse sentido, o Brafitec representou mais de 60% da mobilidade de brasileiros para a França (716 estudantes). O elevado número também possui uma explicação – o programa destina-se essencialmente à mobilidade de estudantes de graduação, o maior grupo em termos absolutos no ensino superior brasileiro.

FIGURA 4

Outbound mobility: para onde foram os estudantes do Brasil? (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

De forma agregada, o Brasil investiu mais de R\$ 206 milhões na mobilidade de seus 3.621 estudantes em 2021. No âmbito da cooperação com a França, o Brafitec foi um dos principais programas em termos de número de alunos (771) e gasto total (R\$ 29,1 milhões). Como segundo destino de brasileiros, os Estados Unidos receberam 694 discentes brasileiros, dos quais 474 foram ao país para programas de doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado (68,3%). No total, o governo brasileiro investiu cerca de R\$ 44 milhões na mobilidade dos estudantes brasileiros para os Estados Unidos. Assim como França e Estados Unidos foram os destinos

de mais de 50% dos brasileiros, os gastos com a mobilidade de estudantes do Brasil para os dois países alcançaram R\$ 102 milhões, o que representa 49,5% do gasto total em 2021. A figura 5 apresenta uma nuvem de palavras na qual a frequência do número de estudantes é proporcional ao tamanho do nome do país.

FIGURA 5

Outbound mobility: quais foram os principais destinos dos estudantes do Brasil? (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Embora os números referentes à temática da mobilidade estudantil em nível de educação terciária contenham evidências para a discussão sobre a criação de redes internacionais e fluxo de ideias, também é fundamental comentar a mobilidade de professores brasileiros para o exterior e de docentes estrangeiros para o Brasil. No total, 465 docentes receberam apoio do governo brasileiro para a mobilidade internacional. Desse total, apenas 88 vieram para IES brasileiras, e os professores dos Estados Unidos (22), da França (12) e da Espanha (10) representaram exatamente 50% do total em 2021. No que diz respeito ao apoio à mobilidade de docentes brasileiros para o exterior, o total em 2021 chegou a 377. Seguindo a tendência do fluxo de estudantes, os Estados Unidos representaram quase um quarto do total, tendo sido destino de 80 professores brasileiros. A Alemanha figura em segundo lugar, com 59 professores recebidos, enquanto a Espanha esteve em terceiro lugar, com 50 docentes brasileiros. A França foi o quarto país de destino, com 42 professores em 2021. A figura 6 constitui uma representação visual dos 377 professores brasileiros em IES estrangeiras.

entram apenas com a contrapartida de gastos indiretos (por exemplo, horas técnicas dos pesquisadores) e infraestrutura (por exemplo, laboratórios).

O segundo caminho natural seria mapear as redes internacionais de pesquisa do Brasil a partir da produção, e não das estruturas, isto é, discutir a colaboração internacional com base na produção conjunta de documentos científicos dos quais fazem parte pesquisadores brasileiros, seja como autores, seja como coautores. Embora com percalços que serão discutidos ao longo desta seção, esse caminho apresenta uma série de vantagens. A mais notável delas é o foco no efetivo resultado da colaboração internacional, parâmetro que permite comparar a produção brasileira doméstica com a internacional, além de possibilitar a comparação do Brasil com outros países do mundo por meio dos mesmos indicadores padronizados.

Antes de detalhar os dados e o método utilizado para as análises apresentadas neste capítulo, é importante discutir brevemente alguns fatores que devem ser considerados para a leitura dos resultados apresentados sobre a comparação da produção brasileira doméstica com a internacional e, igualmente, a comparação do Brasil com os demais países. A primeira questão diz respeito aos custos financeiros da participação brasileira em redes internacionais de colaboração científica. Os dados apresentados a seguir têm origem em bases de dados de agregadores de publicações científicas. Logo, deve-se considerar como fator relevante não somente o apoio financeiro local para a participação do Brasil, mas também os altíssimos custos editoriais envolvidos nas publicações em periódicos internacionais. Diretamente associados a essa questão estão os fatores referentes a barreiras linguísticas, baixo treinamento em redação científica, padrões internacionais de apresentação de resultados de pesquisas, entre outros. Todos esses fatores em conjunto constituem sérios limitadores à colaboração internacional do Brasil e têm impacto direto nos indicadores de produtividade associados à publicação de documentos em revistas científicas especializadas.

A aplicação de técnicas estatísticas para a análise de dados oriundos de agregadores de revistas científicas tem sido utilizada não somente para a discussão da colaboração internacional de um país, mas também para a formulação das estratégias dos países na área de ciência. As análises bibliométricas – ou “cienciométricas” – permitem a identificação de tendências e padrões a partir da produção documental da ciência dos países, com indicadores que alcançam desde o número absoluto de produção por área de conhecimento até os impactos da produção em cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Todos os dados apresentados nesta seção são originários das plataformas de *analytics* InCites e SciVal, cujos dados têm origem nos repositórios de agregação dos periódicos científicos Web of Science e Scopus, respectivamente. Todos os dados foram extraídos das mencionadas plataformas InCites e SciVal entre 18 e 24 de novembro de 2022.

seu impacto ponderado pelo campo de conhecimento (quarta coluna da tabela).¹ Pela lógica do impacto, sobressaem-se os países asiáticos – Japão, Índia, China – como os principais parceiros internacionais do Brasil em termos de produção científica.

TABELA 1
Colaboração internacional brasileira em publicações por país: top 20 (2012-2021)

País	Número de publicações	Proporção do total (%)	Varição no período (%)	Impacto da citação (ponderado-campo)
Estados Unidos	86.512	14,65	122,7	2,27
Reino Unido	35.852	6,07	176,6	3,39
França	28.729	4,86	85,7	3,11
Espanha	28.700	4,86	149,6	3,12
Alemanha	28.446	4,82	137,9	3,3
Itália	23.719	4,02	173,3	3,58
Portugal	23.238	3,94	199,8	2,21
Canadá	21.738	3,68	191,4	3,63
Austrália	16.745	2,84	235,4	4,51
Holanda	13.206	2,24	142,2	4,72
China	12.836	2,17	200,4	4,8
Argentina	12.031	2,04	86,4	3,15
Suíça	11.692	1,98	124	4,84
Colômbia	10.787	1,83	184,5	3,47
Chile	9.887	1,67	253	3,35
México	9.718	1,65	171,7	3,81
Índia	9.635	1,63	262,9	5,31
Suécia	9.285	1,57	175,6	4,88
Japão	9.200	1,56	151,3	5,39
Bélgica	8.603	1,46	140	4,8
Total	410.559	69,52	-	-

Fonte: SciVal/Scopus. Disponível em: <https://www.scival.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

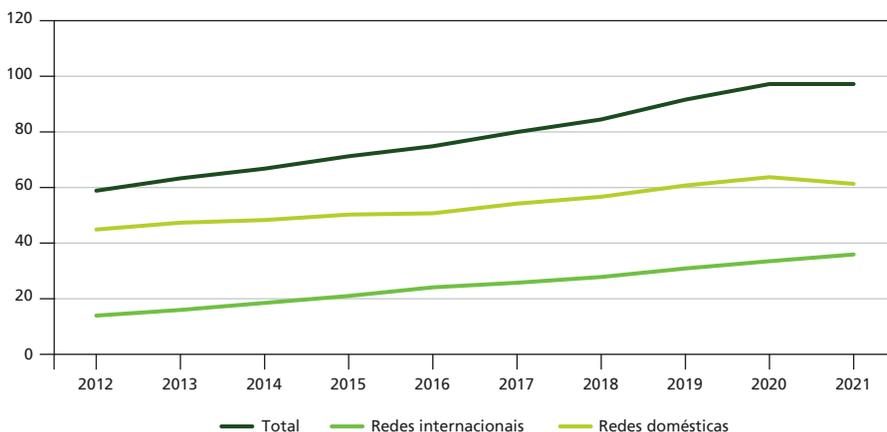
Embora este capítulo seja referente à cooperação educacional e científica brasileira implementada ao longo de 2021, faz sentido analisar a colaboração internacional do Brasil a partir de uma perspectiva que permita ao menos um ponto de comparação com 2021, ou mesmo a construção de uma linha de tendência. Observando-se a produção brasileira ao longo da última década no gráfico 4,

1. O impacto de citações ponderado por campo (do inglês *field-weighted citation impact*) é definido como a proporção entre o total de citações recebidas anualmente e o total de citações esperadas com base na média do campo de conhecimento. No caso apresentado, o indicador é construído a partir da soma de todas as citações e da média esperada para todos os campos de conhecimento.

notam-se ao menos três tendências. Primeiramente, verifica-se certa estagnação da produção total a partir de 2020. No tocante à produção originária exclusivamente em redes domésticas de pesquisas, observa-se queda desde 2020. Por fim, registra-se crescimento linear e contínuo do número de publicações internacionais brasileiras desde 2012.

GRÁFICO 4

Total de publicações brasileiras: redes domésticas, internacionais e total (2012-2021)
(Em 1 mil)

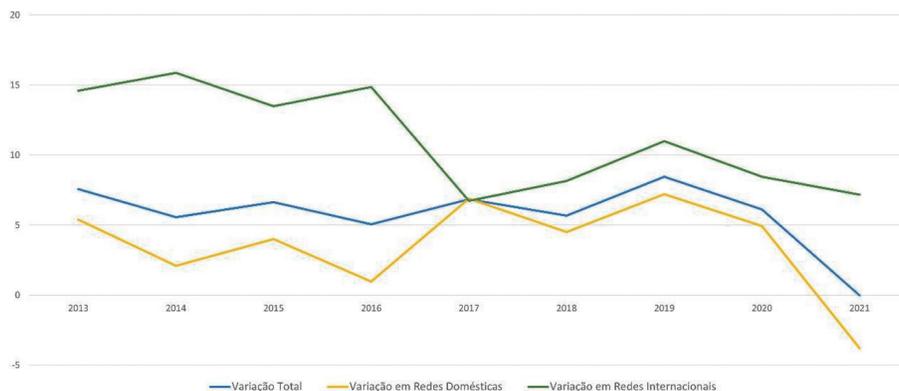


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://www.scival.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

No intuito de investigar melhor as mudanças apontadas pelo gráfico 4, computou-se, no gráfico 5, uma série temporal para as variações da produção total, a produção exclusivamente oriunda de redes domésticas e aquela produção em colaboração internacional. Como esperado, notam-se ao menos duas inflexões importantes para as tendências na produção científica brasileira recente. A primeira é a queda acentuada da variação da produção por colaboração internacional entre 2016 e 2017, sendo imediatamente suplementada pela produção advinda de redes nacionais, a qual sofreu variação positiva importante naquele biênio. A segunda inflexão é a variação positiva constante do número de publicações a partir do biênio 2017-2018. Embora a tendência de crescimento da colaboração internacional tenha perdido fôlego a partir de 2019-2020, as publicações domésticas também sofreram acentuadas variações negativas a partir desse biênio. Tais tendências parecem indicar que há um fator exógeno explicativo na estrutura de produção da ciência nacional para o fenômeno. Observando-se a data de início da queda, verifica-se que a pandemia de covid-19 poderia ser uma explicação estrutural consistente, caso a variação negativa não tivesse se iniciado no biênio 2019-2020.

GRÁFICO 5

Variação anual do total de publicações brasileiras: redes domésticas, internacionais e total (2012-2021)
(Em %)



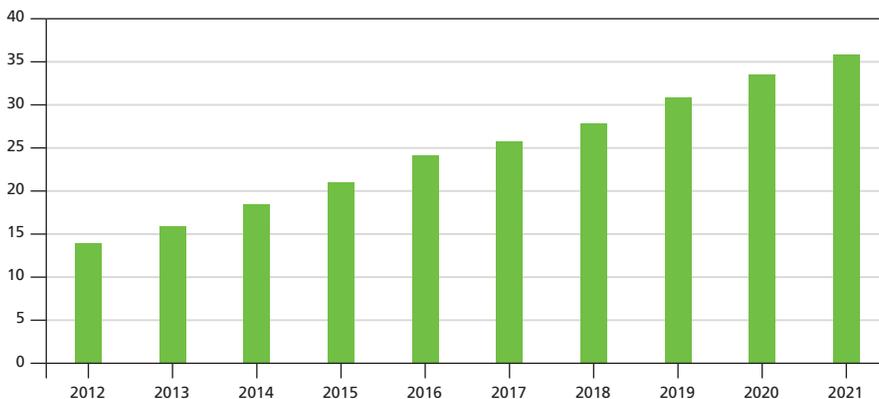
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Apresentando uma visualização mais direta e isolada do principal objeto de análise desta seção, o gráfico 6 traz o número absoluto de publicações brasileiras oriundas de colaboração internacional entre 2012 e 2021. Embora já seja visualmente discernível, optou-se por analisar o padrão de linearidade do crescimento de tal colaboração. A principal utilidade dessa empreitada é computar o nível de certeza em relação às previsões para os próximos anos, pois, mesmo em um modelo quase linear, a inclinação da reta de tendência e a taxa de crescimento possuem essencialmente o mesmo significado. De fato, um modelo linear parece explicar grande parte da variação nos números de produção total ($R^2 > 0,99$), sendo 7% a taxa média de crescimento anual no período.

GRÁFICO 6

Número de publicações brasileiras por ano: redes internacionais (2012-2021)
(Em 1 mil)

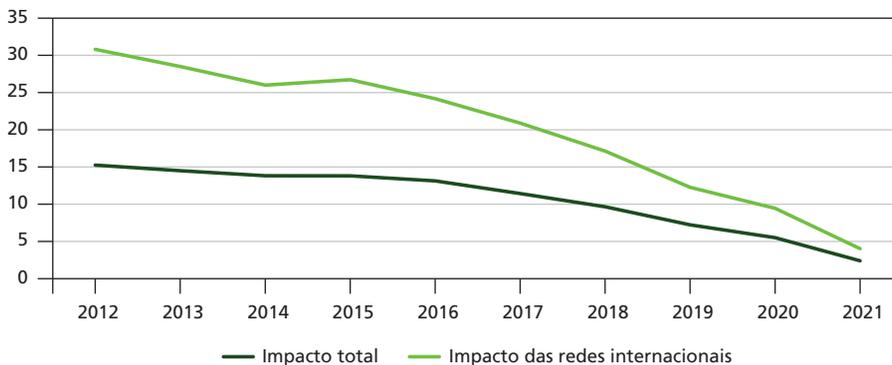


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Se, desde o biênio 2019-2020, a produção brasileira nacional e internacional já demonstrava variações negativas. Os dados apresentados no gráfico 7 evidenciam que a queda no indicador de impacto das publicações brasileiras foi ainda mais acentuada. A primeira tendência a ser observada é a de que, em geral, o impacto de publicações brasileiras em colaboração internacional é maior que o de publicações oriundas exclusivamente de redes domésticas de pesquisa, que é componente da linha de impacto total no gráfico 6. Já a segunda tendência é a queda vertiginosa do impacto tanto das publicações internacionais do Brasil entre 2012 e 2021, que registrou variação negativa de 87%, quanto das publicações totais do Brasil, que caiu 84,25% no período.

GRÁFICO 7

Impacto das publicações brasileiras por ano: redes internacionais e total (2012-2021)
(Em %)



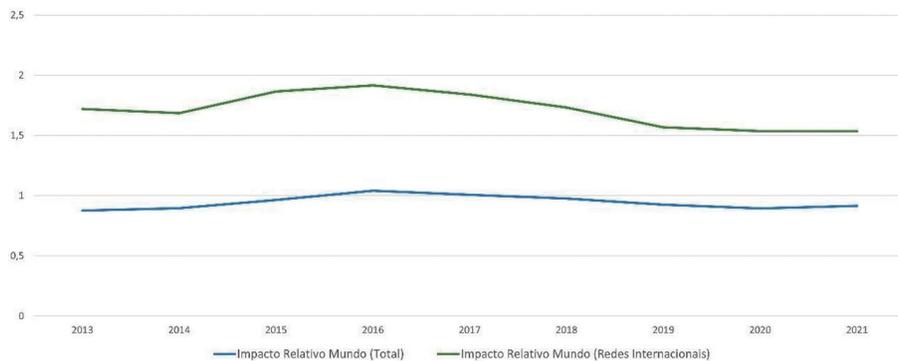
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Ainda que os resultados pareçam alarmantes, é preciso comparar os dados brasileiros com aqueles referentes ao resto do mundo, uma vez que as mesmas tendências podem ter sido observadas no agregado de países.² De fato, observando-se as tendências do indicador de impacto relativo, a variação aparente no período parece menor que aquela indicada pela variação absoluta do impacto das publicações brasileiras – em seu total ou apenas aquelas oriundas de redes internacionais. O gráfico 8 também ilustra a tendência já apontada de maior impacto das publicações brasileiras, em colaboração internacional, quanto às demais obras.

GRÁFICO 8

Impacto relativo das publicações brasileiras por ano: redes internacionais e total (2012-2021)

(Em %)

Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No intuito de isolar apenas as publicações oriundas de redes internacionais, o gráfico 9 apresenta as variações no impacto absoluto e relativo ao resto do mundo. Como resultado, nota-se variação menos acentuada do indicador relativo quanto àquele do impacto absoluto das publicações em colaboração internacional. Com efeito, o indicador relativo ao mundo – dessa modalidade de publicações brasileiras – mostra até certo ponto uma recuperação em termos de impacto entre 2019 e 2020. As tendências do gráfico 9 parecem indicar que o fenômeno de queda nos indicadores de impacto ocorreu não apenas no Brasil, mas também em vários países do mundo.

2. O indicador *impacto relativo ao mundo* (do inglês, *impact relative to world*) é uma proporção entre o impacto do total de citações do país e o impacto das citações para o resto do mundo em determinado período de tempo.

GRÁFICO 9

Varição absoluta e relativa do impacto das publicações brasileiras por ano: redes internacionais (2012-2021)
(Em %)



Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Finalmente, a tabela 2 apresenta a coletânea de dados para todos os indicadores comentados até o momento para o período de 2012 a 2021. Adicionalmente, a tabela 2 traz os números absolutos de citações ano a ano para as publicações brasileiras. Observando-se os números desse indicador, vê-se que há queda acentuada a partir de 2019. Como se sabe que o tempo de exposição de um documento tem efeito direto no número absoluto de citações, optou-se por não analisar esses números em uma perspectiva de série temporal.

TABELA 2

Estatísticas de publicações brasileiras por ano: redes internacionais (2012-2021)

Ano	Número de publicações	Número de citações	Impacto de citações	Impacto em relação ao mundo
2012	13.928	429.091	30,81	1,75
2013	15.959	454.772	28,50	1,72
2014	18.491	480.671	25,99	1,68
2015	20.984	560.702	26,72	1,86
2016	24.102	582.767	24,18	1,92
2017	25.724	537.436	20,89	1,84
2018	27.820	476.587	17,13	1,73
2019	30.879	378.724	12,26	1,57
2020	33.486	316.532	9,45	1,54
2021	35.887	144.504	4,03	1,53
Total	247.260	4.361.786	-	-

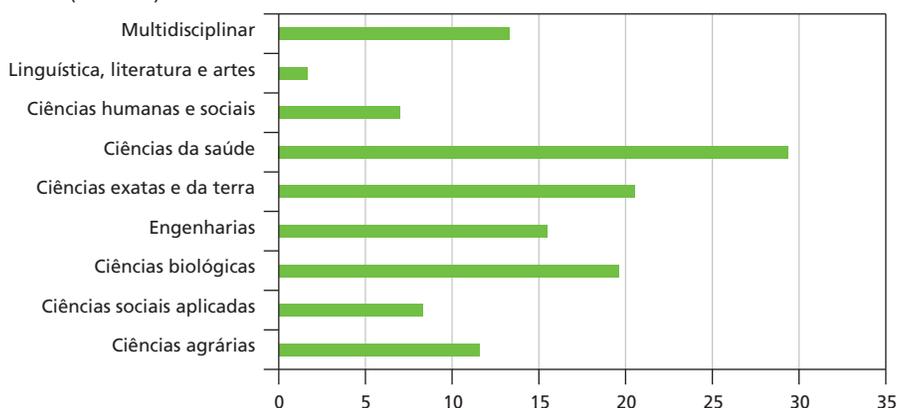
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Visando enriquecer a análise apresentada anteriormente, faz sentido destacar as áreas de maior concentração das publicações brasileiras (gráfico 10). Inicialmente, observando-se apenas 2021, vê-se que quase um quarto das publicações totais do Brasil concentrou-se em ciências da saúde (23,18%), seguidas pelas áreas de ciências exatas e da terra (16,7%), ciências biológicas (15,45%) e engenharias (12,19%). De fato, somadas, representaram 67% das publicações totais em 2021.

GRÁFICO 10

Total de publicações brasileiras por área de conhecimento (2021)

(Em 1 mil)

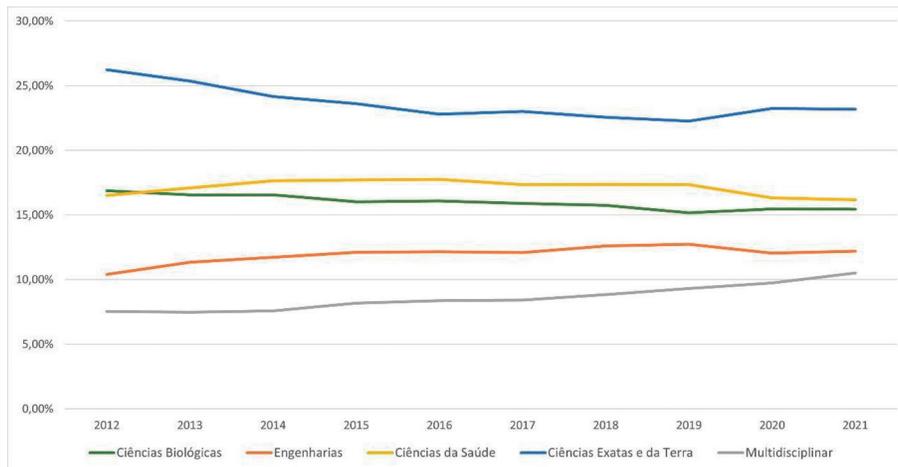


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Uma investigação mais aprofundada, com foco nas quatro áreas responsáveis pela maior porcentagem das publicações totais brasileiras, é apresentada no gráfico 11. Esse gráfico apresenta a evolução da participação de cada área em relação ao total de publicações brasileiras entre 2012 e 2021. No geral, apenas a área de ciências da saúde perdeu participação no total do período, com queda de 3,04%. Já a área de engenharias cresceu 1,79%, e as duas áreas remanescentes permaneceram estáveis em termos de participação no total. O gráfico 11 também mostra o crescimento de um tipo importante de pesquisa científica – aquela entre áreas de conhecimento, ou multidisciplinar. Esse tipo de colaboração cresceu de forma sustentada entre 2012 e 2021, cuja participação aumentou de 7,53% para 10,50% do total anual de publicações.

GRÁFICO 11

Participação proporcional de áreas de conhecimento pelo total de publicações brasileiras (2012-2021)
(Em %)

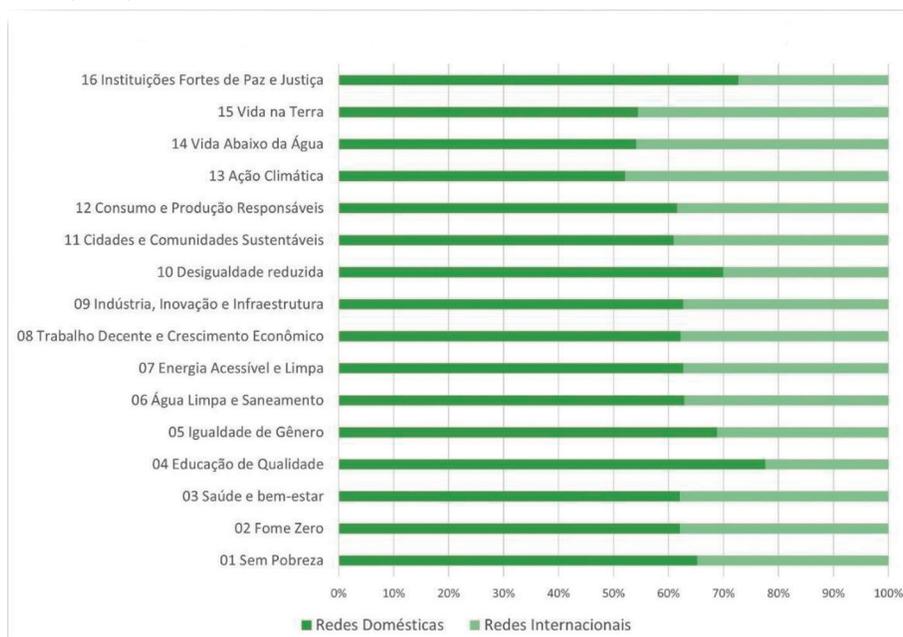


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

De forma geral, observa-se para os ODS tendência de concentração parecida àquela das áreas de conhecimento, em torno de publicações no campo de ciências da saúde; ciências exatas e da terra; ciências biológicas; e engenharias. A análise da distribuição das publicações por ODS para 2021 mostra concentração no ODS3 (saúde e bem-estar), tanto para publicações originárias de redes domésticas quanto de colaboração internacional. Com efeito, 44% do total de publicações brasileiras em 2021 está relacionado ao ODS 3. O ODS 5 (igualdade de gênero), o ODS 15 (vida na terra) e ODS 14 (vida abaixo da água) representam entre 7% e 8% do total de publicações. Comparando a ligação dos ODS às redes de pesquisa doméstica e internacional no gráfico 12, observa-se que as publicações internacionais estão mais associadas aos ODS 13, 14 e 15, todos diretamente relacionados à preservação ambiental. Da mesma forma, o ODS 4 (educação de qualidade) é o que tem a menor porcentagem de publicações oriundas de redes de colaboração internacional (22,4%).

GRÁFICO 12

Publicações brasileiras por ODS: redes domésticas e internacionais (2021)
(Em %)

Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Se a distribuição das publicações mostra uma tendência de concentração em ODS parecida com aquela de áreas de conhecimento, o mesmo não ocorre quando se faz a distribuição do impacto geral das publicações por ODS. Ainda que o ODS 3 reapareça no topo da lista de impacto para as publicações oriundas de redes domésticas de pesquisa, a realidade é diferente para redes internacionais, em que o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) tem maior impacto. Outra diferença é o fato de o ODS 12 (consumo e produção responsáveis) aparecer em segundo lugar em termos de impacto de publicações originárias de redes domésticas e internacionais de pesquisa. Além da já comentada tendência de maior impacto das publicações em colaboração internacional, é necessário notar, conforme aparece no gráfico 13, que as publicações ligadas ao ODS 4 (educação de qualidade) figuram como as de menor impacto, tanto oriundas de redes domésticas quanto de redes internacionais.

GRÁFICO 13

Impacto das publicações brasileiras por objetivo de desenvolvimento sustentável (2021)



Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: COMO É A PARTICIPAÇÃO DAS IES BRASILEIRAS?

Tendo percorrido o caminho de análise sobre a mobilidade de estudantes e docentes, além da análise das características da produção científica brasileira como forma de entender a inserção do país nas redes internacionais de pesquisa, resta investigar os dados sobre os principais atores na cooperação educacional e científica do Brasil: as IES. Os dados analisados nesta seção têm essencialmente duas origens. Em relação à produção científica e à inserção das IES nas redes internacionais de pesquisa, os recortes advêm da plataforma InCites, cujos dados têm origem no repositório de agregação de periódicos científicos Web of Science (extração em 18 de novembro de 2022). Os demais dados são originários da própria pesquisa Cobradi 2021.

Conforme apontado no segundo capítulo deste relatório, é importante lembrar que a pesquisa Cobradi 2021 estabeleceu dois prazos iniciais para o envio de dados. O primeiro prazo geral, de 30 de setembro de 2022, foi dado essencialmente para todas as instituições que quisessem participar da pesquisa, sendo posteriormente estendido até 31 de outubro de 2022. Até 31 de outubro, foram enviadas 66 respostas, sendo 22 de instituições que não possuíam dados e conjuntos de dados completos e 44 de instituições que tiveram iniciativas de

cooperação internacional em 2021. Um terceiro prazo especial foi estabelecido, a saber, 31 de dezembro de 2022, em virtude da participação das IES públicas brasileiras na pesquisa.

Até a data final, a pesquisa Cobradi 2021 recebeu mais respostas de universidades federais e de institutos federais, as quais foram agregadas a outras respostas anteriormente recebidas. Desse modo, a segunda parte da análise apresentada nesta seção se refere a um conjunto de 201 iniciativas de cooperação internacional das dezenove IES brasileiras que submeteram dados até 31 de dezembro de 2022. *É fundamental ressaltar que não é possível generalizar as conclusões apresentadas como uma tendência para o conjunto de todas as IES ou mesmo os Ifes*, uma vez que a análise se baseia em dados de uma amostra restrita – e talvez não representativa – do universo de instituições públicas de ensino superior do Brasil.

Feitas as considerações metodológicas, o primeiro dado que merece ser analisado é o da participação das IES brasileiras nas redes internacionais de pesquisa em 2021. Utilizando novamente o recurso de produção científica constante em bases agregadoras de periódicos referentes a 2021, o gráfico 14 exibe produção extremamente concentrada na Universidade de São Paulo (USP). A USP concentrou 15,54% da produção brasileira em redes internacionais de pesquisa no mencionado ano, o que representa essencialmente a soma dos totais das IES que figuram em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares.

O gráfico 14 também aponta que todas as vinte instituições brasileiras que mais produzem em colaboração internacional são públicas, do governo federal ou estadual. Entre as vinte primeiras, apenas a Fiocruz e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) são instituições de governo. Todas as demais dezoito instituições são universidades públicas cuja produção conjunta alcançou 56,45% do total da produção científica em colaboração internacional do Brasil em 2021. Caso a análise fosse ampliada para as trinta primeiras instituições que mais produzem em colaboração internacional, apenas a trigésima instituição da lista não seria pública, sendo de fato a primeira instituição privada da lista de entidades nacionais (Hospital Albert Einstein). Nesse novo cenário de 30 instituições, as 27 universidades públicas que compõem a lista concentram mais de 65% da produção científica por colaboração internacional do país.

GRÁFICO 14

Número de publicações de IES brasileiras em redes internacionais de pesquisa: top 20 (2021)



Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

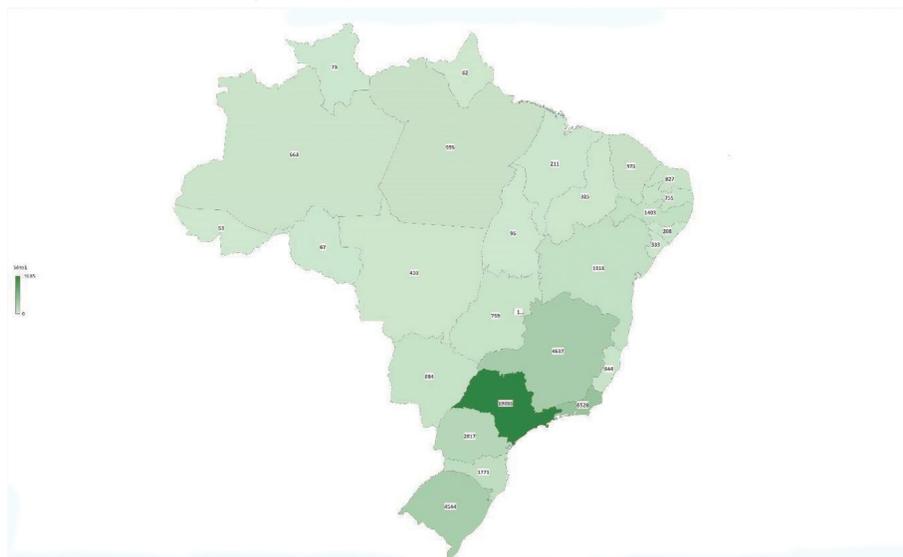
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Embora a maior porcentagem do total das publicações em colaboração internacional brasileiras esteja concentrada em instituições públicas (universidades e centros de pesquisa do governo federal), a efetiva distribuição dessa produção pelos estados da Federação demonstra uma desigualdade abismal. A figura 8 é uma representação visual da extrema concentração das publicações em colaboração internacional do país nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ao todo, esses três estados concentraram quase 58% da produção internacional do Brasil em 2021.

Logo na terceira, na quarta e na quinta posições, estariam, respectivamente, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, estados que juntos alcançaram 17,50% da produção brasileira em colaboração internacional em 2021. Acrescentando o percentual correspondente à produção do estado do Espírito Santo, os sete estados que compõem as regiões Sudeste e Sul do país concentraram 76,68% dessa produção colaborativa internacional. A mesma tendência pode ser observada no número de citações às publicações em colaboração internacional dessas duas regiões, que em 2021 concentraram 75,35% do total de citações a publicações do Brasil nessa modalidade.

FIGURA 8

Publicações de IES brasileiras em redes internacionais de pesquisa: distribuição por estados da Federação (2021)



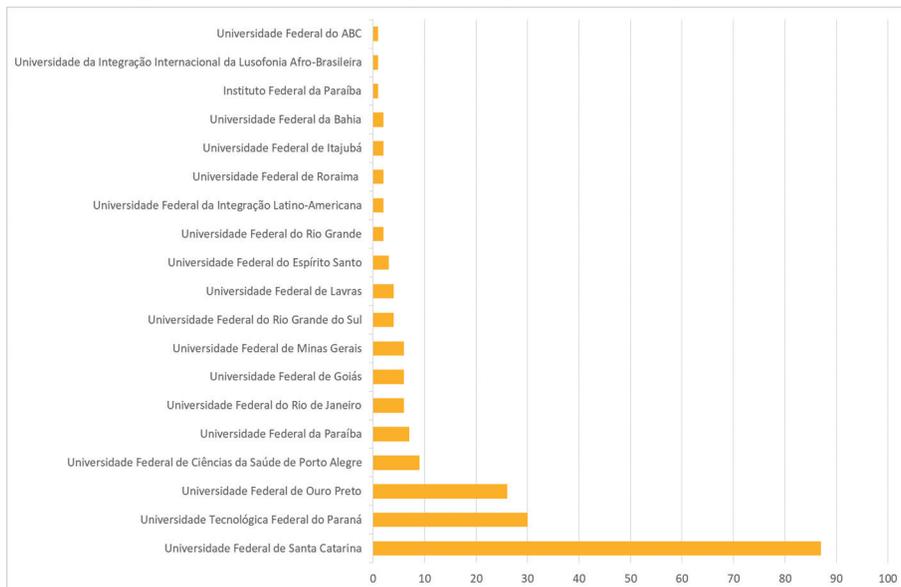
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Alterando o foco da análise da produção para as iniciativas das dezenove IES no campo da cooperação educacional e científica, o gráfico 15 apresenta as iniciativas de cooperação das IES equanto investidas no papel de instituição responsável (aquela que financia a iniciativa), e não de canal de implementação (aquela que executa a iniciativa). A maior concentração de iniciativas advém da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição que adaptou a metodologia Cobradi para o contexto da universidade e promoveu uma coleta ampla de dados em sua comunidade. As iniciativas da UFSC representam 43% do total de iniciativas, seguida pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR), com 15%, e pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), com 13%.

GRÁFICO 15

Instituições responsáveis por iniciativas em IES brasileiras (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

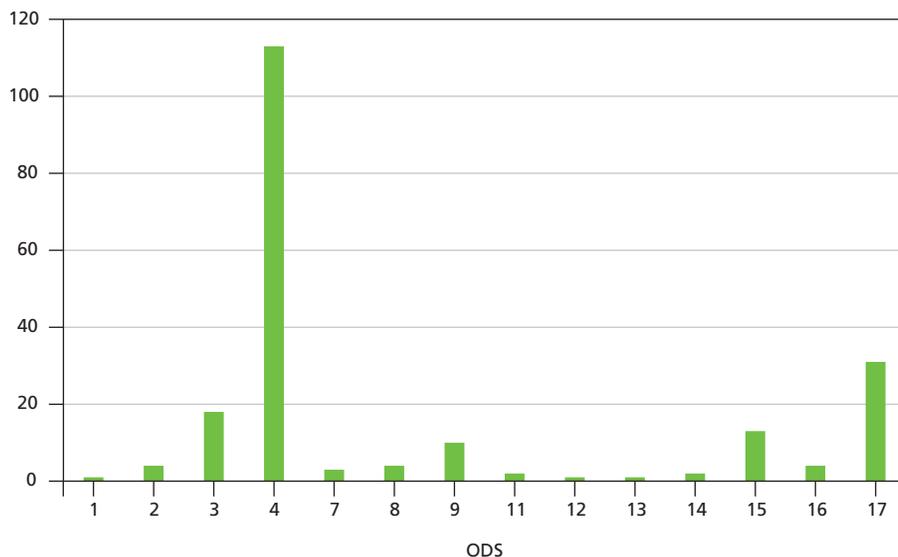
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A distribuição das IES a partir do gasto difere sobremaneira da exibida no gráfico 15. Embora a UFSC ainda figure como primeira, com gasto total que ultrapassou R\$ 4,5 milhões, a Universidade Federal de Sergipe – UFS (R\$ 850 mil) e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB (R\$ 795 mil) figuram em segundo e terceiro lugar em termos de gastos. No total, as IES gastaram mais de R\$ 6,7 milhões com as 201 iniciativas de cooperação educacional e científica em 2021.

A distribuição das iniciativas das IES por ODS, exibida no gráfico 16, não destoia da expectativa, tendo em vista a natureza de suas missões institucionais. Nesse sentido, não é estranho que o ODS 4 (educação de qualidade) concentre quase 57% das iniciativas das IES em 2021. As iniciativas ligadas ao ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) apontam em terceiro, concentrando 7,88% do total. Embora os gastos da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) brasileira em 2021 tenham se concentrado em contribuições obrigatórias e voluntárias, a mesma tendência não ocorre com as IES. Mesmo assim, é possível perceber que as iniciativas classificadas como ODS 17 se referem essencialmente às contribuições das IES a associações internacionais, que figuram em segundo lugar em termos de iniciativas (17,4%) e em terceiro lugar em termos de gastos (5,17%).

GRÁFICO 16

Número de iniciativas de IES brasileiras por ODS (2021)

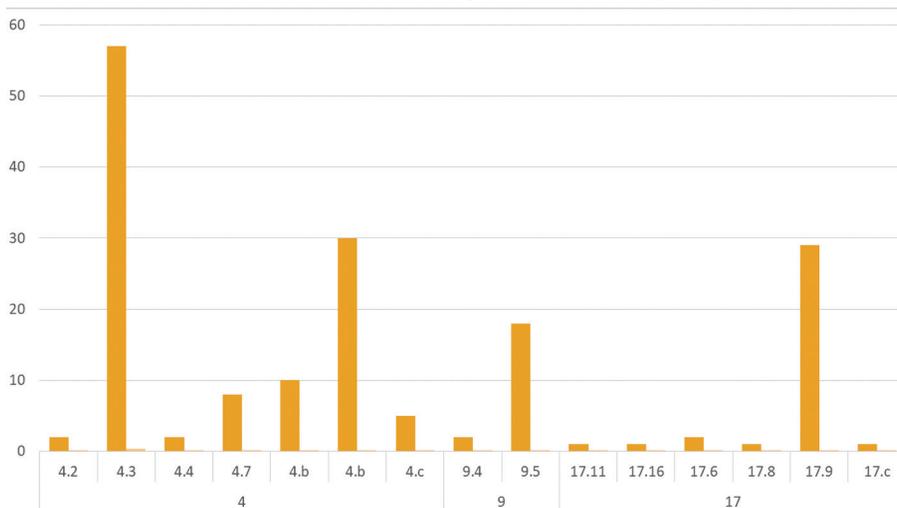


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Detalhando as metas ligadas aos três ODS que mais agregam iniciativas de cooperação das IES no gráfico 17, percebe-se tendência menor de concentração. Em relação ao ODS 4, as 57 iniciativas ligadas à meta 4.3 se referem às atividades gerais de mobilidade das universidades com seus parceiros internacionais. A mesma situação ocorre com as trinta iniciativas ligadas à meta 4.b, que se referem a atividades de mobilidade para países em desenvolvimento. No caso do ODS 17, a tendência de concentração de 29 iniciativas na meta 17.9 era esperada, uma vez que todas estão associadas às contribuições a associações internacionais ligadas à temática de ensino superior.

GRÁFICO 17

Número de iniciativas de IES brasileiras por metas de ODS (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

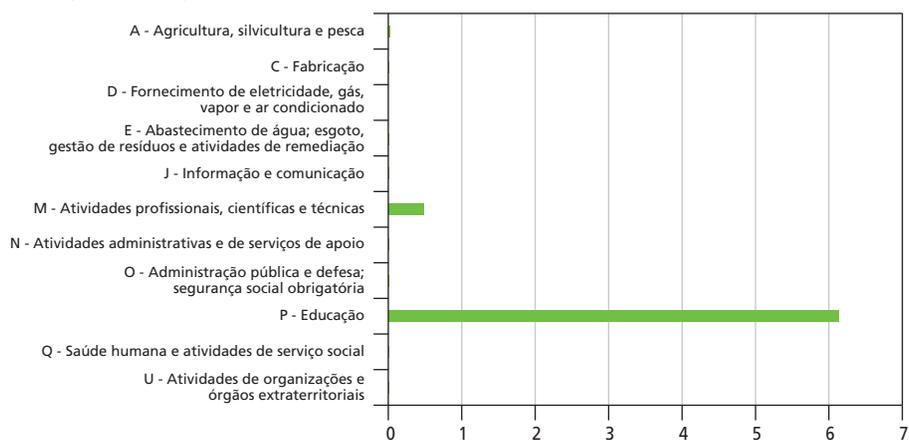
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A classificação dos dados das IES por setor econômico ressalta ainda mais a característica de concentração em atividades educacionais e de pesquisa, conforme exibido no gráfico 18. Com efeito, o setor P (educação) concentra mais de 90% do gasto com cooperação, ao passo que o setor M (atividades profissionais, científicas e técnicas) representa 8,3% do gasto. Assim, apenas dois setores econômicos corresponderiam a mais de 98% do total do gasto de cooperação internacional das IES participantes da pesquisa Cobradi em 2021. Por fim, a concentração em termos de gastos em dois setores também ocorre em relação aos número de iniciativas, de modo que os setores P (66%) e M (28,4%) representam 94,5% do total.

GRÁFICO 18

Iniciativas de IES brasileiras por setor econômico: classificação ISIC (2021)
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

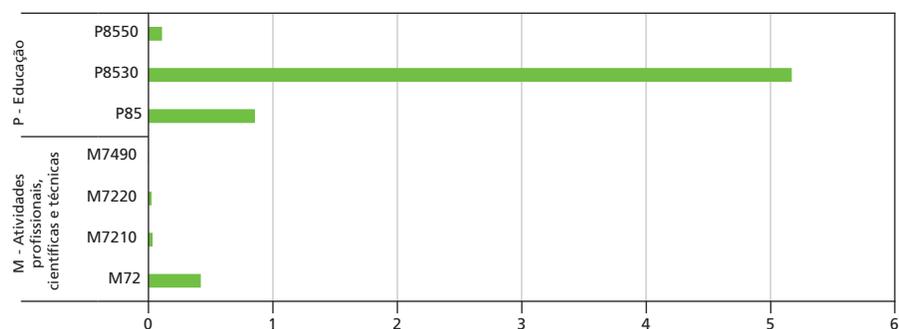
Elaboração dos autores.

Obs.: ISIC – Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas.

Aumentando o nível de detalhamento dos principais setores econômicos ligados aos gastos com cooperação internacional, dois padrões visuais claros emergem no gráfico 19. O primeiro é a concentração em atividades de pesquisa e desenvolvimento científico (M72), seja na área de pesquisas experimentais em ciências e engenharias, (M7210), seja nas áreas de ciências sociais e humanas (M7220). O segundo é a agregação de 77,15% das iniciativas de cooperação internacional na categoria *ensino superior* (P8530).

GRÁFICO 19

Iniciativas de IES brasileiras por setores econômicos selecionados: classificação ISIC (2021)
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

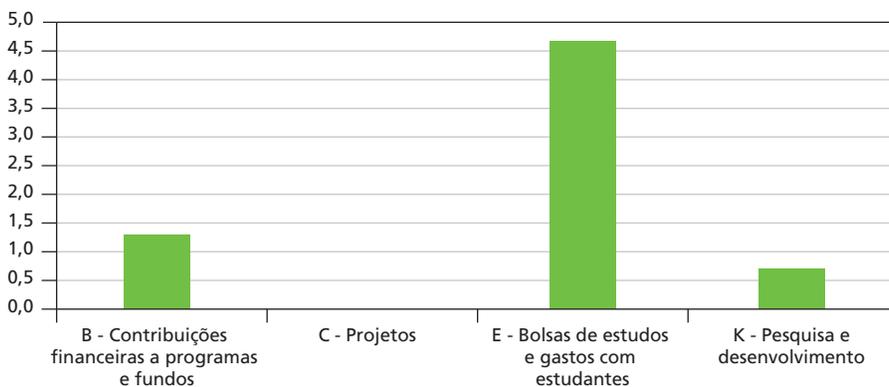
Elaboração dos autores.

No que diz respeito às modalidades de cooperação internacional, há algumas tendências que ensejam comentários adicionais que clarificam aqueles já apresentados na discussão sobre instituição responsável e ODS. Observando o gráfico 20, é importante notar que não há surpresas em relação à alta concentração do gasto nas modalidades E (contribuições financeiras a programas e fundos) e K (bolsas de estudo e gastos com estudantes). Essas modalidades, juntas, alcançam 90% do gasto computado para as IES em 2021. Outra situação digna de maior detalhamento é aquela relacionada à modalidade de cooperação B (contribuições financeiras a programas e fundos), que concentra número elevado de iniciativas em virtude das já comentadas contribuições das IES a associações internacionais.

GRÁFICO 20

Iniciativas de IES brasileiras por modalidade de cooperação (2021)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

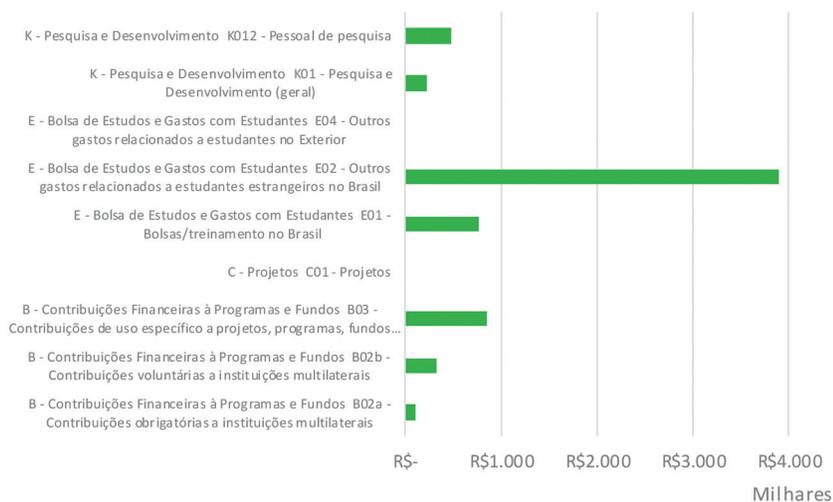
Apresentando nível ainda maior, o gráfico 21 traz detalhamento importante por subitem, o que ajuda a entender as características das bolsas e das iniciativas de mobilidade das IES descritas na modalidade E (bolsas de estudo e gastos com estudantes). Embora os subitens referentes a estudantes estrangeiros matriculados em IES brasileiras tenham alcançado quase 70% das iniciativas da modalidade E (E01 e E02), as IES participantes também listaram 31 iniciativas de mobilidade dos próprios estudantes para instituições estrangeiras.

Outro caso que deve ser comentado é a existência de contribuições de IES brasileiras às organizações multilaterais (modalidade B) que não sejam *contribuições voluntárias* (B02b). De fato, os gastos listados sob a ação orçamentária 000Q levam o nome de *contribuições voluntárias da União a organismos internacionais*, ação à qual estão ligadas 33 contribuições de IES brasileiras em 2021, o que alcança R\$ 336 mil. É igualmente necessário esclarecer se a classificação oficial

do governo brasileiro poderia ser estendida para a utilização do código B03 (contribuições de uso específico). Para o caso da cooperação educacional e científica, parece fazer mais sentido dizer que as contribuições são de uso específico setorial, sendo definidas pelas IES.

GRÁFICO 21

Iniciativas de IES brasileiras por subitens de cooperação internacional (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

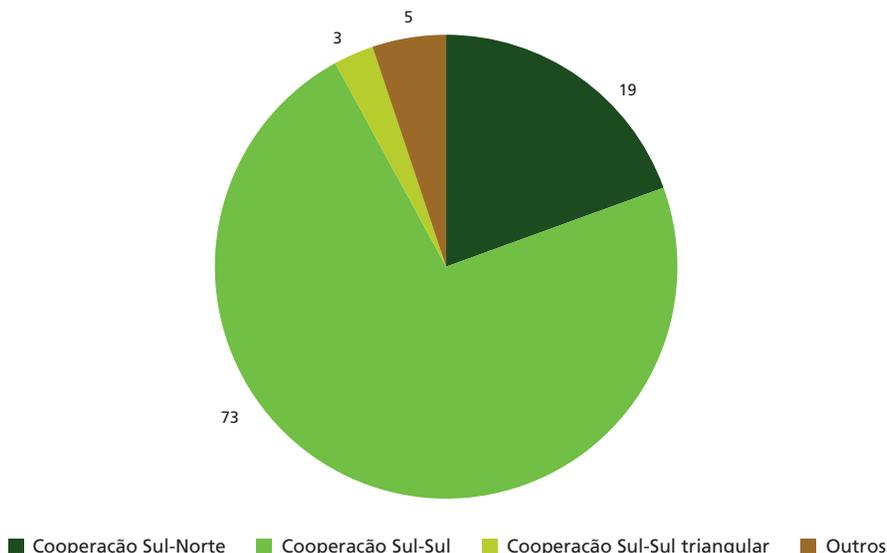
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Finalmente, analisando a distribuição das iniciativas por arranjo de cooperação internacional, vê-se que há um leve incremento nas ações de cooperação Sul-Sul em comparação aos dados gerais da pesquisa Cobradi 2021 apresentados nos capítulos 2 e 3 deste livro. Sabendo-se que as atividades das IES estão fundamentalmente concentradas em mobilidade e pesquisa, pode-se dizer, a partir das proporções exibidas no gráfico 22, que houve razoável equilíbrio entre as iniciativas Sul-Sul e Sul-Norte no contexto das doze IES que participaram da pesquisa.

GRÁFICO 22

Iniciativas de IES brasileiras por arranjo de cooperação internacional (2021)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

É igualmente importante ressaltar as características da implementação das iniciativas de cooperação Sul-Sul e Sul-Norte. Uma característica já apontada ao longo deste livro também aparece na tabela 3 – a construção de parcerias amplas entre vários atores para a execução de iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Excetuando-se as contribuições a organismos multilaterais que figuram na categoria *outros*, é possível notar a presença de diversos canais de implementação tanto na cooperação Sul-Norte quanto na cooperação Sul-Sul, mesmo considerando que a amostra é exígua, oriunda de apenas dezenove IES, e que algumas não foram capazes de estimar o gasto com as suas iniciativas.

TABELA 3
Iniciativas de IES brasileiras por arranjo de cooperação internacional e canal de implementação (2021)

Arranjo de cooperação/canal de implementação	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas
Cooperação Sul-Norte	1.388.389,54	93
11001 - Governo federal	-	28
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	1.388.389,54	65
Cooperação Sul-Sul	4.852.835,56	67
11001 - Governo federal	-	3
11004 - Governo municipal	-	1
40000 - Organizações multilaterais	856.000,00	4
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	3.996.835,56	59
Cooperação Sul-Sul triangular	187.735,62	7
11001 - Governo federal	-	1
11004 - Governo municipal	-	2
20000 - Organizações não governamentais e sociedade civil	-	1
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	187.735,62	3
Outros	344.805,60	34
40000 - Organizações multilaterais	37.890,14	7
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	306.915,46	27
Total	6.773.766,32	201

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
 Elaboração dos autores.

5 IES PÚBLICAS

Em virtude da ampliação do público-alvo, o foco prioritário do relatório Cobradi 2021 é a análise sistemática dos dados da cooperação brasileira educacional e científica. A tarefa encontrou desafios tanto no campo conceitual, para abarcar algumas categorias, por exemplo, as relações de cooperação horizontal com países desenvolvidos nas áreas de educação superior e pesquisa (cooperação Sul-Norte), quanto na busca intensiva de dados em diversas bases, desde agências nacionais de fomento até bases internacionais de produção de conhecimento científico. Além da participação de agências públicas, como a Capes, o CNPq e as diversas fundações de amparo à pesquisa estaduais, este estudo contou com o envio direto de dados por dezenove Ifes.

A seção 4 teve como objetivo mostrar uma visão geral dos dados fornecidos por essas instituições sobre suas iniciativas de cooperação e os gastos relacionados, além de outras características. Esta seção tem o intuito de desenvolver análise qualitativa

da atuação das instituições públicas no campo da cooperação educacional e científica do Brasil, enfocando três aspectos específicos: informações gerais sobre as IES; a sua atuação no processo de internacionalização do binômio ensino-pesquisa; e a cooperação com outros países, além de suas diretrizes para essa política e um exame de suas cooperações em 2021. O público preferencial dos dados contidos nesta seção são os práticos da área de internacionalização do ensino superior.

Por último, é importante destacar alguns aspectos prévios dessa análise, como o fato de haver alinhamento entre os objetivos da internacionalização do ensino e a formação de parcerias no contexto da cooperação internacional para educação superior. Embora exista certa convergência entre os diversos planos estratégicos de internacionalização das instituições, há distinção em como essas organizações de ensino apresentam seu alinhamento com a cooperação. Algumas priorizam parcerias com países desenvolvidos, e outras intencionalmente buscam fortalecer a identidade e as redes entre países do Sul global, favorecendo a formação de projetos de cooperação Sul-Sul.

5.1 Instituto Federal da Paraíba

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) é uma instituição pública de ensino criada em 2008 pela Lei Federal nº 11.892. Assim como os demais institutos, sua missão é formar profissionais capacitados – para atuar em diversas áreas do mercado de trabalho – por meio de ensino, pesquisa e extensão.

A internacionalização do ensino é uma importante diretriz do IFPB, e, para isso, a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (Arinter) trabalha para estabelecer parcerias e gerenciar acordos de cooperação acadêmica com instituições estrangeiras. Por meio desses intercâmbios, o IFPB almeja desenvolver projetos, estágios, cursos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, além de proporcionar aos estudantes e professores a oportunidade de conhecer diferentes possibilidades de estudo e trabalho no exterior.

Em 2021, o IFPB atuou com contribuições voluntárias para um projeto de cooperação com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), organização não governamental (ONG) internacional que promove a cooperação e a troca de informações de universidades e institutos superiores entre os países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor e Macau).

5.2 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) é uma instituição federal do governo brasileiro que oferece ensino de graduação e pós-graduação, desenvolve pesquisas em diversas áreas de conhecimento e realiza ações de extensão universitária para atender às demandas da sociedade.

Criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a missão institucional específica da universidade é formar pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os países africanos, além de promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

A internacionalização da Unilab é um processo gradativo, que se estrutura e se desenvolve para contribuir como instrumento das relações do Brasil com outros países. Mediante a educação, é pautada pela cooperação solidária entre os povos. A universidade reúne estudantes e docentes de diferentes países, promovendo a interculturalidade e a produção de conhecimento voltado à formação de excelência de novos profissionais e ao desenvolvimento humano e social para superar as desigualdades.

Tendo em vista sua vocação e missão, a instituição tem sede na cidade de Redenção e *campus* em outras cidades do Brasil e de países da CPLP, como Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. Nesse sentido, oferece cursos de graduação em ciências da natureza, humanidades, engenharias e saúde, além de programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento.

A Unilab também oferece programas de bolsas de estudos e incentiva a participação de estudantes e professores em eventos e atividades de intercâmbio acadêmico, como seminários, congressos e cursos de verão, além de investir em projetos de pesquisa e extensão para promover a integração entre os países da CPLP e o desenvolvimento regional e global. Em 2021, a Unilab atuou em um projeto de cooperação com a AULP.

5.3 Universidade Estadual de Minas Gerais

A Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) é uma instituição pública de ensino superior de Minas Gerais. Fundada em 1989, possui sete unidades acadêmicas em diferentes regiões do estado e oferece cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas do conhecimento.

No campo das relações internacionais, a UEMG tem um plano de internacionalização do ensino que visa ampliar o alcance de sua atuação, aprimorar a qualidade do ensino oferecido e formar profissionais com perfil internacional. O plano estratégico tem como objetivo ampliar parcerias com instituições estrangeiras, participar de redes interuniversitárias, facilitar a formação linguística, promover a internacionalização em casa, atrair e acolher estrangeiros, aumentar a mobilidade de docentes e discentes no exterior, ampliar a comunicação sobre os processos de internacionalização e capacitar tecnicamente os profissionais da assessoria de intercâmbio e cooperação interinstitucional.

À vista disso, é possível constatar que a UEMG possui atualmente quinze convênios vigentes firmados com instituições de oito países distintos, sendo eles:

Argentina (2), Canadá (1), Chile (1), Colômbia (1), França (2), Itália (2), México (1) e Portugal (5). Em 2021, a participação da UEMG se deu via cooperação com a Secretaria-Geral do Governo de Minas Gerais, setor que coordenou todo o processo de consultas às instituições do estado para a pesquisa Cobradi 2021.

5.4 Universidade Federal da Bahia

Fundada em 1808 como Escola de Cirurgia da Bahia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma das mais antigas do Brasil. Ao longo dos anos, a instituição expandiu sua oferta de cursos, incorporando áreas como farmácia, odontologia, direito e outras. A UFBA tornou-se uma universidade federal depois que seu primeiro reitor, Isaías Alves, implantou a infraestrutura física e de pessoal, abrindo caminho para uma universidade integrada que abrange as áreas de artes, letras, humanidades e ciências. Durante seu reitorado, a Bahia ganhou destaque na cena cultural, em especial em dança, música e teatro, tornando-se a primeira universidade no país a oferecer cursos universitários nessas áreas. Ademais, desempenhou papel fundamental na década de 1960, impulsionando dois importantes movimentos culturais brasileiros – o Cinema Novo e o Tropicalismo.

No campo da cooperação internacional, a Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI) da UFBA é responsável por promover relações acadêmicas e científicas entre a universidade e instituições internacionais, desenvolver convênios e projetos interuniversitários e assessorar docentes, discentes e órgãos administrativos em suas relações internacionais. Fundada em 1996, a AAI busca ampliar as trocas acadêmicas para enriquecer a comunidade da UFBA, valorizar e projetar seus cursos no exterior.

A AAI da UFBA disponibiliza oportunidades de mobilidade acadêmica para discentes, docentes, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo por meio de acordos de cooperação acadêmica internacional. Os editais de bolsas e oportunidades de estudos ou pesquisa no exterior são divulgados periodicamente na página de editais da AAI.

No campo da cooperação acadêmica internacional, os acordos atuam como um instrumento que viabiliza parcerias acadêmicas com instituições estrangeiras por um período de cinco anos, sempre com possibilidade de renovação e extensão. A celebração de tais parcerias pode surgir do interesse de alguma unidade da UFBA ou mesmo de uma instituição estrangeira.

No que diz respeito ao plano de internacionalização da instituição, a UFBA busca expandir as práticas de internacionalização de forma sustentável e direcionada, visando produzir recursos humanos competentes para atender às demandas locais e globais. Assim, adota como práticas de internacionalização a mobilidade de docentes e discentes, as publicações em veículos internacionais, os acordos de cooperação, os eventos internacionais, os cursos de língua estrangeira e os exames de proficiência.

Para tal, a UFBA tem a intenção de ampliar suas relações com países da América do Norte, da Ásia e da Europa, bem como com os países lusófonos, a América Latina e a África. No entanto, a universidade prioriza a história de Salvador e a sua população, bem como estende essa pretensão aos países lusófonos e aos países da América Latina e da África. O objetivo é estabelecer diálogos, em diferentes níveis de produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, não apenas com países centrais, mas também com aqueles que compartilham realidades similares. O processo de internacionalização busca aprofundar e consolidar interações já existentes, tanto Sul-Norte quanto Sul-Sul.

Em 2021, a universidade atuou em dois projetos de cooperação internacional – um com a Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILPcsh); e outro com a Associação Latino-americana de Escolas e Faculdades (Universidades de America Latina y el Caribe – Udual).

5.5 Universidade Federal da Integração Latino-Americana

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) é uma universidade pública federal brasileira e está localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Seu projeto de criação foi apresentado ao Congresso Nacional, em 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovado por unanimidade.

Com pressupostos alinhados ao desenvolvimento sustentável e à identidade latino-americana, a universidade visa contribuir, de modo significativo, para a integração regional ao ofertar ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação acessíveis a estudantes e professores de todos os países da América Latina, promovendo a pesquisa avançada em rede e a formação de recursos humanos de excelência por intermédio de seu Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea).

Nessa seara, a Unila tem como objetivo principal a cooperação solidária na América Latina e mantém relações com diversas instituições internacionais e latino-americanas. Para isso, desenvolve programas de mobilidade de docentes, discentes e pesquisadores, além de realizar convênios de cotutela e parcerias com universidades de reconhecida qualidade acadêmica no Brasil e em outros continentes. Também promove a cooperação científica com estabelecimentos de ensino superior da região trinacional e outros centros de pesquisa do Brasil e de outros continentes, formando redes de pesquisa para resolver problemas comuns.

Além disso, promove o Fórum Anual Internacional para discutir problemas comuns da América Latina e participa de programas de cooperação técnica prestados a países em desenvolvimento e/ou recebidos de países desenvolvidos. A Unila também estrutura programas e políticas para a América do Sul, tendo em vista a possibilidade da força hegemônica brasileira, através da cooperação Sul-Sul.

Nesse contexto, a Divisão de Convênios Nacionais e Internacionais (Diconi) é a unidade responsável pela elaboração e pela ratificação desses acordos e convênios, enquanto a Seção de Acompanhamento de Convênios (Seaconv) supervisiona a execução e a prestação de contas dessas parcerias. Ambas as unidades trabalham juntas e são vinculadas à Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (Proint).

Em 2021, a Unila atuou em dois projetos de cooperação – um com a União de Universidades da América Latina e Caribe (Unión de Universidades de America Latina y el Caribe) e outro com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales). Ambos os projetos fazem parte de contribuições voluntárias da Unila para essas instituições.

5.6 Universidade Federal da Paraíba

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública de ensino superior localizada na Paraíba. Fundada em 1955, tem uma estrutura com múltiplos campos e está presente nas cidades de João Pessoa, Santa Rita, Areia, Bananeiras, Rio Tinto e Mamanguape.

No que se refere à internacionalização do ensino, a UFPB segue os preceitos do Print/Capes. O objetivo do programa é estimular a internacionalização de IES e institutos de pesquisa no Brasil, com a intenção de aumentar o impacto da produção acadêmica e científica dos programas de pós-graduação com notas iguais ou superiores a quatro. A UFPB possui diversos projetos vinculados ao Print/Capes, os quais abrangem diferentes áreas temáticas, tais como tecnologia, saúde, educação, linguagens, políticas públicas, biodiversidade e sustentabilidade.

Nessa seara, por meio de política de internacionalização, a UFPB atua em diversos acordos de cooperação internacional, tendo como objetivo estimular e disseminar o conhecimento acadêmico e científico para diferentes atores e lugares, incentivando a promoção de valores que permitam a consolidação de uma cultura de paz e que possibilitem o acesso a recursos e conhecimentos os quais contribuam para o avanço da pesquisa e da inovação no país.

Diante disso, a UFPB mantém 101 acordos de cooperação acadêmica com estes 25 países: Alemanha (2), Argentina (3), Bielorrússia (1), Camarões (5), Canadá (3), Chile (4), China (2), Colômbia (2), Espanha (10), Estados Unidos (8), Equador (1), França (12), Guiné-Bissau (3), Holanda (1), Hungria (1), Índia (1), Itália (9), México (10), Moçambique (2), Peru (1), Polônia (1), Portugal (15), Reino Unido (2), Suíça (1) e Uruguai (1).

Em 2021, a UFPB desenvolveu um total de sete projetos de cooperação. Entre estes, quatro foram estabelecidos como contribuições voluntárias a organismos internacionais. Os outros três projetos envolveram a cooperação acadêmica com

instituições na Itália (1) e na Alemanha (2). No primeiro caso, dois estudantes da UFPB foram enviados para a Universidade de Torino. No segundo caso, três alunos da Universidade de Vechta (dois alemães e um luxemburguês) foram recebidos na UFPB. Por sua vez, cinco alunos da UFPB foram enviados para a Universidade de Vechta.

5.7 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Fundada em 1953, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) tem como missão principal a atenção integral à saúde. Nesse contexto, objetiva promover a formação de profissionais qualificados e realizar pesquisas de excelência na área, buscando contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

A UFCSPA atua em acordos de cooperação internacional por meio do Escritório de Internacionalização (EInter), responsável por ampliar e aprimorar a rede de parcerias internacionais da universidade, com a intenção de garantir a mobilidade de docentes e discentes. Ademais, promove cursos com dupla titulação; módulos internacionais; cursos de curta duração; projetos conjuntos de pesquisa, com prospecção de fomento em editais internacionais; publicações, eventos, entre outros.

Todas essas ações estão alinhadas ao plano institucional de internacionalização da UFCSPA, que tem o objetivo de promover a internacionalização, no âmbito da graduação, através da oferta de diferentes oportunidades de mobilidade acadêmica aos discentes, assim como de ações de internacionalização em casa, voltadas, em sua maioria, à expansão dos conhecimentos em idiomas. Nessa seara, os alunos estrangeiros que ingressam na UFCSPA possibilitam o desenvolvimento bilateral de habilidades interculturais, que não se restringem ao convívio das línguas estrangeiras, mas, através do seu convívio diário, também abrangem o espectro amplo de atividades universitárias e catalisam a construção de liderança e cidadania globais. Essas atividades visam aprimorar a formação dos estudantes, ampliar a experiência acadêmica e profissional e estabelecer novas parcerias de cooperação internacional para a UFCSPA.

Diante disso, a UFCSPA estabeleceu acordos de cooperação com universidades em diversos países, incluindo Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Inglaterra, Irlanda, Itália, Moçambique, Paraguai, Polônia, Portugal, Romênia, Suíça e Uruguai. Além disso, a instituição mantém parcerias com algumas organizações, como a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), e associações acadêmicas internacionais, por exemplo, a Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), a AULP, o Bureau de Coopération Interuniversitaire (BCI), o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), o Grupo Tordesilhas, a Organisation Universitaire Interaméricaine (OUI), o Projeto ECHO, a Rede Maristán e a Udual.

Em 2021, a UFCSPA participou ativamente de nove projetos de cooperação internacional, entre os quais três foram contribuições voluntárias às redes internacionais, nomeadamente a AULP, a Associação do Grupo Tordesilhas de Universidades e a Association of American Medical Colleges. Os outros seis projetos destacam-se por sua importância e diversidade, incluindo um projeto de pesquisa na Austrália; um programa de mobilidade acadêmica em Portugal, por meio do Programa de Mobilidade AULP, com dois estudantes da UFCSPA matriculados em um programa de graduação; uma parceria em pesquisa acadêmica em Portugal, alinhada com a internacionalização da pós-graduação; um projeto de pesquisa conjunto nos Estados Unidos, intitulado Bleeding in Hospitalized Patients With Liver Disease Undergoing Invasive Procedures (Proc-Bleed); e um projeto de pesquisa no Uruguai.

5.8 Universidade Federal de Goiás

A Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma instituição pública de ensino superior no estado de Goiás. Fundada em 1960, é uma das principais IES no Centro-Oeste brasileiro, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento.

Em seu plano de internacionalização, a UFG desenvolve um conjunto de estratégias que incorpora a educação superior a uma dimensão internacional, intercultural e global, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo de forma relevante para a sociedade e para o desenvolvimento do país.

Atualmente, a UFG possui 125 acordos vigentes e 32 em tramitação – renovados ou novos. Em sua maioria, esses acordos apresentam caráter geral, ou seja, abarcam todas as áreas do conhecimento que contemplam atividades de cooperação voltadas para o intercâmbio de discentes e docentes, bem como realização conjunta de pesquisa. Além dos acordos gerais, existem os acordos específicos de projetos; os acordos multilaterais, com atuação de diversas instituições; as cotutelas; e os termos aditivos. Em sua maioria, esses acordos são realizados com instituições da Europa e das Américas.

Em 2021, a UFG participou de seis projetos de cooperação, dos quais quatro foram contribuições voluntárias. Essas contribuições foram feitas para organizações internacionais importantes, incluindo: i) o Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), instituição internacional não governamental com status associativo à UNESCO; ii) a Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), associação internacional que tem o intuito de responder aos problemas específicos da região sul-americana; iii) a AULP, ONG internacional que promove a cooperação e a troca de informação entre universidades e institutos superiores; e iv) o Grupo Tordesilhas, rede acadêmica de universidades do Brasil, de Portugal e da Espanha.

A UFG possui mais dois acordos de cooperação relevantes realizados em 2021. O primeiro é com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o qual visa desenvolver pesquisas para a bioisenção de medicamentos essenciais da lista da OMS utilizando o sistema de classificação biofarmacêutica de fármacos. Já o segundo é um projeto conjunto com o México, que tem como objetivo investigar a violência e as relações de poder na América Latina, com enfoque na produção do conhecimento científico.

5.9 Universidade Federal de Itajubá

A Universidade Federal de Itajubá (Unifei) é uma instituição de ensino superior brasileira e está localizada na cidade de Itajubá, no estado de Minas Gerais. Fundada em 1913, oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as áreas de engenharia, ciências exatas e tecnologia.

Com o objetivo de fortalecer sua presença internacional, a Unifei busca consolidar sua participação em processos de cooperação com organizações e universidades internacionais. Para alcançar essa meta, tem como foco o desenvolvimento de parcerias, por meio de intercâmbios de pesquisadores, professores e estudantes, além da construção de redes interinstitucionais e da participação em fóruns internacionais, entre outras iniciativas.

A fim de alcançar esses objetivos, a Unifei conta com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), que oferece programas de mobilidade acadêmica, parcerias em pesquisa, programas de graduação sanduíche, acordos de cotutela, entre outras iniciativas.

Em 2021, a Unifei esteve envolvida em dois projetos de cooperação internacional. O primeiro deles foi uma contribuição voluntária para a Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado. Já o segundo projeto teve como objetivo a formação de pós-graduandos na exploração dos potenciais energéticos da Nigéria.

5.10 Universidade Federal de Lavras

A Universidade Federal de Lavras (Ufla) é uma instituição de ensino superior pública e está situada na cidade de Lavras, no estado de Minas Gerais. Fundada em 1908, tem como missão ser referência nacional e internacional como uma universidade comprometida com a responsabilidade social e ambiental, além de promover excelência acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

Com o intuito de expandir a política de internacionalização da instituição, a Ufla estabeleceu em seu *Plano de Desenvolvimento Institucional* uma política de internacionalização. O objetivo estratégico é aprimorar a internacionalização institucional com as seguintes ações planejadas: implementar as ações previstas

nos instrumentos de cooperação vigentes, aumentar o número de publicações de artigos científicos em colaboração com instituições internacionais, regulamentar a oferta de disciplinas em inglês e implementar um processo seletivo unificado para ingresso de estudantes internacionais tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Além disso, a instituição tem prestado atenção especial aos projetos de internacionalização, aumentando consequentemente o número de convênios com universidades estrangeiras e criando o Programa Institucional de Bolsas (PIB/Ufla) e suas várias modalidades de apoio. Ademais, a Ufla tem como objetivo permitir que pesquisadores estrangeiros, com reconhecida capacidade e liderança científica e tecnológica, possam colaborar com os programas de pós-graduação para aumentar as linhas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes.

Em 2021, a Ufla atuou em quatro projetos de cooperação, conforme a seguir descrito.

- 1) Participou do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Paec), promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em parceria com o GCUB. Da Ufla, houve 26 estudantes matriculados em programas de mestrado e 24 em programas de doutorado.
- 2) Mantém convênios com a Colômbia e o Uruguai para promover o intercâmbio de alunos, professores, pesquisadores e funcionários, além de colaborar na área de pesquisa. Em 2021, dois alunos de instituições parceiras realizaram intercâmbio sem bolsa na Ufla.
- 3) Tem um projeto de cooperação com a empresa Suntory Global Innovation Center Limited para execução do projeto de pesquisa intitulado Mecanismo de Formação de Gemas Assincronia Durante o Desenvolvimento Reprodutivo do Cafeeiro.
- 4) Tem um projeto de cooperação com a empresa Suntory Beverage and Food Limited para execução do projeto de pesquisa intitulado Inovações no Processamento de Café Aplicado à Produção de Cafés Especializados: Fermentação com Foco na Qualidade.

5.11 Universidade Federal de Minas Gerais

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma instituição pública de ensino superior e está localizada em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Fundada em 1927, é uma das maiores e mais prestigiadas universidades do país, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

Desde sua criação, a UFMG tem direcionado esforços consideráveis para sua expansão internacional. Por meio da alocação de recursos humanos e materiais e da implementação de diretrizes alinhadas aos princípios de excelência acadêmica e científica, a universidade tem buscado intensificar seu processo de internacionalização, com o compromisso de estabelecer parcerias solidárias com outras entidades.

A UFMG promove a interação com outras instituições por meio de convênios bilaterais e redes colaborativas. Essas parcerias envolvem a capacitação de profissionais, para atuarem nessas instituições, por meio dos programas de pós-graduação, bem como dos programas de mobilidade para alunos e professores. Além disso, a universidade estabelece projetos colaborativos em áreas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras formas de cooperação.

Por meio da DRI, a UFMG tem participação ativa em consórcios internacionais, como com a Asociación de Universidades Grupo Montevideo, o Grupo Tordesilhas, a AULP, o Worldwide Universities Network e a Agence Universitaire de la Francophonie. Ademais, a universidade possui centros de estudos especializados em diversas regiões do mundo, como o Centro de Estudos Africanos, o Centro de Estudos da Ásia Oriental, o Centro de Estudos Europeus, o Centro de Estudos Indianos, o Centro de Estudos Latino-Americanos e o Centro de Estudos Norte-Americanos, voltados para investigação científica e mobilidade acadêmica.

Ademais, a instituição também conta com o Programa de Mobilidade Acadêmica, o qual abrange alguns programas, como o Minas Mundi, o Print/Capes e o Summer School on Brazilian Studies. Este último é um curso de verão, de curta duração, ministrado integralmente em língua inglesa. Com todas essas iniciativas em seu projeto de internacionalização, atualmente a UFMG possui mais de seiscentos acordos de cooperação com instituições em diferentes partes do mundo.

Em 2021, a universidade mobilizou cinco iniciativas voltadas à cooperação internacional para educação. Entre essas iniciativas, destacamos as seguintes: i) a Formação Transversal em Estudos Internacionais, com oferta de disciplinas optativas no nível de graduação – com enfoque internacional ou comparado – ministradas integralmente em língua inglesa ou espanhola; ii) os acordos e os convênios internacionais para estimular a organização conjunta de cursos, facilitar a obtenção de financiamento a projetos desenvolvidos em parceria e estabelecer troca de estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e pesquisadores da UFMG e de uma instituição estrangeira; iii) a atuação do Centro de Estudos Regionais, com o objetivo de assegurar a inserção da instituição no cenário internacional, além de fomentar a colaboração entre as seis regiões abrangidas (América Latina, África, América do Norte, Índia, Ásia Oriental e Europa); iv) o Programa de Mobilidade Estudantil, com a mobilidade de estudantes da UFMG; e v) as redes universitárias

internacionais, de forma a promover a interação e a colaboração entre universidades e fomentar a mobilidade e as pesquisas entre os membros.

5.12 Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) é uma instituição pública de ensino superior localizada na cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais. Fundada em 1969, hoje busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de trezentos anos. Com o objetivo de modernizar a cidade centenária, a Ufop oferece atualmente 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e 4 a distância. Quanto à pós-graduação, são disponibilizados 24 cursos de mestrado acadêmico e 8 profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. Com mais de 11 mil estudantes, a Ufop conta com cerca de oitocentos funcionários técnicos-administrativos e aproximadamente novecentos professores, entre efetivos e substitutos.

Através de seu *Plano de Desenvolvimento Institucional*, a universidade visa promover e conduzir políticas e ações de internacionalização, procurando incentivar permanentemente ações que busquem inserir a universidade em contexto acadêmico global. O esforço principal da Ufop é criar uma cultura de internacionalização que seja vista como algo comum no ambiente acadêmico, o que é um passo inevitável para o processo de formação de todos os alunos e pesquisadores.

A Ufop visa implementar a internacionalização por meio de dois pilares principais: *internacionalização em casa e otimização de experiências*. A primeira se baseia em tornar a experiência internacional uma parte inerente ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento, oferecendo disciplinas em idioma estrangeiro, currículos mais flexíveis e recursos multimídia para permitir intervenções acadêmicas internacionais em tempo real. O segundo pilar envolve ampliar as experiências internacionais pontuais, para toda a comunidade acadêmica, através da democratização dessas oportunidades, do mapeamento de afastamentos de pesquisadores do país e da atração de mais estrangeiros para a instituição.

Para alcançar esses objetivos, a Ufop tem desenvolvido diversas políticas de internacionalização, incluindo estímulos à mobilidade acadêmica de docentes, pesquisadores, gestores, técnicos-administrativos e estudantes, tanto para o exterior quanto para a Ufop, bem como a oferta de conteúdos em idiomas estrangeiros e a promoção da universidade no exterior.

No âmbito da cooperação internacional para educação, a Ufop possui mais de setenta acordos de cooperação, com mais de vinte países. Essas parcerias têm como objetivo principal incentivar e facilitar a colaboração em pesquisa e a educação internacional, oferecendo tanto à comunidade acadêmica da Ufop quanto à da instituição parceira a oportunidade de mobilidade acadêmica internacional, o que contribui para a internacionalização das instituições.

Em 2021, a Ufop estabeleceu 26 acordos de cooperação, dos quais 21 são acordos bilaterais voltados para a mobilidade de estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e docentes, sendo sete classificados como cooperação Sul-Norte e quatorze como cooperação Sul-Sul. Além disso, a universidade também implementou quatro projetos de cooperação, incluindo um acordo para fornecer três bolsas de mestrado a pesquisadores nigerianos, o Paec, em parceria com a OEA e o GCUB, no qual a Ufop recebeu nove alunos da Colômbia, três de Honduras, três do Peru, quatro da Venezuela, dois do México, um da Argentina, um do Paraguai, um da Nicarágua e um do Equador. Também foi implementado o Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (Proafri), com a vinda de três alunos de Moçambique, e a International Association for the Exchange of Students for Technical Experience (Iaeste), que ofereceu estágios em empresas estrangeiras de forma remota e sem remuneração para um aluno de Bangladesh e um aluno da Bósnia-Herzegovina.

5.13 Universidade Federal de Roraima

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) é uma instituição pública de ensino superior localizada no estado de Roraima, no extremo Norte do Brasil. Fundada em 1989, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento social, cultural e econômico da região por meio de educação, pesquisa e extensão.

A instituição atua em acordos de cooperação internacional por meio da assinatura de convênios e parcerias com outras universidades e instituições de pesquisa de diversos países, visando promover o intercâmbio de conhecimentos e as experiências entre pesquisadores e estudantes de diferentes culturas e nações. Além disso, recebe estudantes estrangeiros para programas de intercâmbio e possui programas próprios de intercâmbio com outras instituições, permitindo que seus estudantes possam estudar em outros locais e culturas.

Com o objetivo de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, a UFRR mantém uma série de projetos de cooperação internacional em diversas áreas, como biotecnologia, recursos hídricos, meio ambiente e desenvolvimento regional. Esses projetos envolvem pesquisadores de diversas partes do mundo e contribuem para o desenvolvimento da região amazônica e do país como um todo.

Em 2021, a UFRR atuou em dois projetos de cooperação, com contribuições voluntárias a dois consórcios internacionais: o CLACSO e a AULP.

5.14 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição pública de ensino superior sediada em Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Fundada em 1960, oferece cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento, como ciências exatas, sociais, humanas e da saúde.

A internacionalização do ensino é um dos principais objetivos da UFSC, com a meta de ampliar a cooperação internacional e aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa na universidade. Nesse sentido, desenvolveu um plano institucional cujo objetivo é promover a internacionalização em suas atividades acadêmicas e administrativas, transformando seus servidores técnico-administrativos e estudantes em cidadãos e aprendizes globais. Além disso, a instituição visa preparar seus alunos de graduação e pós-graduação para que possam desempenhar suas atividades acadêmicas e profissionais de forma prática e competente em sociedades internacionais e multiculturais.

Para isso, a UFSC incentiva seus professores a se desenvolverem como pesquisadores internacionais e a oferecerem ensino e treinamento em padrões internacionais, o que facilita ligações colaborativas entre comunidades internacionais, especialmente aquelas localizadas em áreas regionais. Outros objetivos incluem aumentar a exposição internacional da UFSC; aumentar o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional; aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional; incrementar o número de docentes com estágio pós-doutoral no exterior; e incrementar programas de mobilidade internacional.

A UFSC também visa se tornar mais atraente para alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros, incentivando o estabelecimento de acordos de dupla diplomação, criando e expandindo ambiente multilíngue em todos os *campi*. A instituição disciplina em inglês na graduação e na pós-graduação, promove a internacionalização dos currículos dos cursos ofertados e proporciona formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.

Nesse aspecto, a UFSC possui forte atuação em acordos de cooperação internacional, estabelecendo parcerias com diversas instituições de ensino e pesquisa em todo o mundo. A universidade participa de programas de mobilidade acadêmica, recebendo estudantes e pesquisadores de outros países, além de enviar seus próprios alunos e docentes para outras instituições no exterior.

Em 2021, a instituição participou de 52 projetos de cooperação, dos quais a grande totalidade envolveu o deslocamento temporário de professores para realizar pesquisas em universidades parceiras. Nesse contexto, foram executados 8 projetos no contexto da cooperação Sul-Sul e 44 projetos no contexto da cooperação Sul-Norte.

5.15 Universidade Federal de Sergipe

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) é uma instituição de ensino superior pública e está localizada no estado de Sergipe, na região Nordeste do Brasil. Fundada em 1968, possui diversos *campi* espalhados pelo estado, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Atualmente, é considerada uma das melhores universidades do Nordeste brasileiro, com destaque em diversas áreas de pesquisa, incluindo medicina, engenharia, ciências sociais e humanas, entre outras. A instituição também tem se destacado em projetos de extensão, busca maior aproximação com a comunidade e contribui para o desenvolvimento regional.

No intuito de fomentar e facilitar a interação com o âmbito internacional, a UFS tem como objetivos a elaboração, a proposição e a coordenação de políticas de cooperação internacional, bem como o acompanhamento e a promoção de convênios internacionais. Também promove intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre instituições internacionais e incentiva a formação de redes internacionais de pesquisa. Além disso, apoia docentes, pesquisadores, alunos e técnicos estrangeiros em atividade na instituição, bem como apoia os membros da própria UFS no exterior.

Para tal, a UFS instituiu uma Comissão Permanente de Internacionalização da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Compin), a qual atua no fomento à mobilidade internacional de docentes e discentes; na criação e no fortalecimento de parcerias com instituições estrangeiras; na divulgação de oportunidades de estudos e pesquisas no exterior; e na promoção de eventos acadêmicos e culturais com enfoque internacional.

5.16 Universidade Federal do ABC

A Universidade Federal do ABC (UFABC) é uma instituição de ensino superior brasileira criada em 2005. Localizada na Região Metropolitana de São Paulo, oferece formação interdisciplinar e de excelência, além de promover a pesquisa científica e tecnológica em diversas áreas do conhecimento.

A internacionalização é considerada elemento fundamental para a UFABC, que tem o objetivo de reforçar sua cultura institucional de excelência acadêmica por meio dessas ações, o que contribui para a integração da universidade a um contexto de excelência em nível mundial. Assim, a UFABC visa promover a mobilidade internacional e a formação de redes e parcerias internacionais, além de estimular a formação internacionalizada de estudantes, acadêmicos e funcionários, tanto dentro quanto fora da instituição.

Nesse sentido, adota ações coordenadas e estratégicas em duas frentes: *internacionalização no exterior* e *internacionalização em casa*. A internacionalização no exterior envolve a mobilidade de estudantes, pesquisadores, programas, cursos e projetos, bem como a integração da UFABC em redes e parcerias internacionais. Já a internacionalização em casa compreende atividades que promovem formação internacionalizada para estudantes, acadêmicos e funcionários, sem a necessidade de deixar a instituição, tais como palestras, seminários, eventos com temas e visitantes internacionais, além do uso do inglês como língua de instrução e colaboração internacional *on-line*.

No que concerne aos acordos de cooperação internacional, a UFABC tem como objetivo fundamental estabelecer cooperação acadêmica, científica e cultural entre a universidade e as instituições estrangeiras, permitindo ações de mobilidade, pesquisa e cooperação em geral. Em 2021, atuou em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Catalunha.

5.17 Universidade Federal do Espírito Santo

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma instituição de ensino superior pública e está localizada no estado do Espírito Santo. Fundada em 1954, possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além de atuar com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber.

Visando à orientação e à implementação de ações voltadas à internacionalização, a universidade instituiu um planejamento sistemático articulado aos demais princípios e às estratégias de desenvolvimento da universidade. Nessa temática, a Ufes contempla um conjunto de objetivos estratégicos contidos na política de internacionalização, que busca aumentar a presença da universidade no cenário internacional e estimular a internacionalização do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação. O plano envolve algumas ações, como o desenvolvimento de projetos conjuntos com instituições estrangeiras, a participação em redes internacionais de pesquisa e a ampliação de programas de mobilidade acadêmica.

Em relação à atuação em cooperação internacional, a universidade mantém acordos com diversas universidades estrangeiras, promovendo a realização de projetos conjuntos de pesquisa, intercâmbios acadêmicos e mobilidade estudantil. Em 2021, a Ufes atuou em três programas de cooperação, quais sejam, Programa Bolsa Brasil, PEC-G e AULP.

5.18 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição pública de ensino superior sediada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Fundada em 1920, é uma das mais prestigiadas universidades do país, tendo destaque na pesquisa científica e tecnológica. É composta por diversas unidades acadêmicas, incluindo faculdades, institutos e centros de pesquisa, abrangendo ampla gama de áreas do conhecimento.

A instituição tem forte atuação em acordos de cooperação internacional, mantendo estratégia que visa ampliar e fortalecer suas parcerias com atores estrangeiros, principalmente com IES, de modo a garantir seus valores historicamente construídos. Como fruto dessa estratégia, a internacionalização ganha forma como um processo academicamente orientado e crítico.

Em 2021, a UFRJ participou de seis projetos de cooperação internacional, contribuindo de maneira voluntária para diversos organismos internacionais dos quais faz parte. Entre esses organismos, destacam-se a Asociación de Universidades Grupo Montevideo, a Agência Universitária da Francofonia (AUF), a Organización Universitaria Interamericana (OUI), a AULP e a Udual.

5.19 Universidade Federal do Rio Grande

A Universidade Federal do Rio Grande (Furg) é uma instituição de ensino superior pública brasileira localizada na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 1969, tem como missão promover o desenvolvimento científico, tecnológico e social da região em que está inserida por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Furg tem iniciativas de internacionalização tanto para a graduação quanto para a pós-graduação, com participação em organizações internacionais de cooperação institucional. A maioria dessas iniciativas é formalizada por meio de convênios de cooperação, os quais podem ser gerais ou específicos em determinados temas. No que diz respeito às ações de suporte à graduação, a universidade participa de diversos programas institucionalizados de mobilidade acadêmica, tais como Bramex (Brasil-México); Bracol (Brasil-Colômbia); GCUB; PEC-G; e Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), da Capes e do Grupo Santander.

Atualmente, a Furg possui 62 acordos internacionais com instituições da Europa, das Américas, da Oceania e da África. Seus objetivos incluem expandir acordos, principalmente em países e continentes onde ainda não há convênios; ser referência internacional nas áreas de atuação dos programas de pós-graduação; consolidar e fortalecer os acordos existentes por meio do desenvolvimento de projetos de cooperação, doutorado em cotutela e dupla titulação; captar professores visitantes estrangeiros; e lançar pós-doutorados. Além disso, a Furg participa

de associações nacionais e internacionais de projeção internacional, tais como o GCUB, a AULP, o Grupo Tordesilhas, a AUGM, entre outros. Em 2021, atuou em dois projetos de cooperação internacional, contribuindo de forma voluntária para a AULP e o Grupo Tordesilhas.

5.20 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma das mais importantes IES do Brasil. Fundada em 1934, está localizada em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, e é reconhecida pela excelência em pesquisa e ensino em diversas áreas do conhecimento.

Em seu plano, a UFRGS compreende que uma estratégia voltada para a política de internacionalização deve abranger o ensino, incluindo graduação, pós-graduação e ensino a distância, assim como priorizar a pesquisa e a extensão. Nessa seara, a universidade instituiu aumento da mobilidade internacional para todos os segmentos, além de desenvolver política de atração e integração institucional de professores visitantes e pesquisadores acadêmicos. Ademais, incentiva a criação de programas internacionais de pós-graduação, com possibilidade de expansão dos acordos de formação conjunta e dupla diplomação.

No âmbito da cooperação internacional, a UFRGS busca consolidar seu prestígio no exterior através da mobilidade acadêmica internacional e da realização de ações de cooperação que visem ao desenvolvimento científico, ao fomento do pensamento crítico e à conscientização sobre a pluralidade cultural. Em 2021, a UFRGS contribuiu com quatro projetos de cooperação – em parceria com a Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado, a Publishers International Linking Association Inc, a AUGM e a AULP – para alcançar esses objetivos.

5.21 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é uma instituição de ensino superior pública e tem como objetivo oferecer ensino, pesquisa e extensão nas áreas de tecnologia, ciências aplicadas e engenharias. A universidade está presente em treze cidades do estado do Paraná e oferece cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, além de programas de extensão e projetos de pesquisa.

Desde a década de 1990, a UTFPR vem firmando parcerias com diversas universidades internacionais, especialmente da Alemanha e da França, com foco na mobilidade de alunos e servidores. Nos anos 2000, essa iniciativa foi intensificada com programas de dupla diplomação e projetos de pesquisa conjuntos, o que resultou em significativos avanços em termos de inserção internacional. Como universidade tecnológica, a UTFPR visa integrar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ao mundo do trabalho e à solução de problemas do entorno, em colaboração com

governos, empresas e organizações da sociedade civil, além de manter a qualidade esperada de uma instituição internacionalmente respeitada. A política de internacionalização da UTFPR tem em vista guiar e definir as prioridades dos diversos setores da instituição, com a meta de expandir a inserção internacional de excelência e valorizar a importância de uma universidade multicultural e conectada às demandas globais.

Durante 2021, a instituição participou de trinta projetos de cooperação, e a maioria deles envolveu acordos de mobilidade estudantil internacional e/ou de dupla diplomação. É importante destacar que 28 desses projetos estão relacionados à cooperação Sul-Norte.

REFERÊNCIAS

KNIGHT, J. **Internationalization: elements and checkpoints**. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The Sage handbook of international higher education**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education: a festschrift in honor of Philip G. Altbach**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019: migration, displacement and education – building bridges, not walls**. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report: the race against time for smarter development**. Paris: UNESCO, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT): manual de orientação**. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo: uma parceria de sucesso**. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?** Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

GÓES, G. S. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques – janeiro de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, jan.-mar. 2022.

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho – junho de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, abr.-jun. 2021.

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

RABIU, A. T. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas – nota de política social 1. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SÁ, E. B. de *et al.* Saúde. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 111-166, 2022.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. *Microdatasus*: pacote para *download* e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datusus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases: a model-based analysis**. Genebra: WHO, 2021.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura – dezembro de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 53, nota 27, out.-dez. 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.